

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

**RELATÓRIO DE VISITAS A ESTABELECIMENTOS PENAIS E A  
AUTORIDADES DA EXECUÇÃO PENAL DO ESTADO DA PARAÍBA**

**PERÍODO: 12 a 15 de março de 2012.**

**Conselheiras: GISELA MARIA BESTER e MARIA IVONETE TAMBORIL**

**EMENTA:** Introdução. 1. Penitenciária de Segurança Máxima Procurador Romero Nóbrega, Município de Patos. 2. Presídio Regional de Patos (Presídio Feminino José Américo). 3. Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande. 4. Penitenciária Regional Padrão (Máxima), Município de Campina Grande. 5. Presídio Regional de Campina Grande Raimundo Asfora. 6. Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão, de João Pessoa. 7. Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2), de João Pessoa. 8. Unidade "Especial" Desembargador Francisco Espínola, de João Pessoa. 9. Reunião com o Juiz Titular da Vara das Execuções Penais de João Pessoa. 10. Reunião na SEAP. 11. Reunião na Defensoria Pública Geral do Estado. 12. Nova inspeção na Unidade Raimundo Asfora ("Serrotão"), em 23 de abril de 2012. 13. Considerações sobre a Audiência Pública do CNPCP realizada na Cidade de João Pessoa em 23 de abril de 2012. 14. Reunião do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura do Estado, em 24 de abril de 2012. 15. Recomendações. 16. Lista de Anexos.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente Relatório tem por escopo descrever as condições dos estabelecimentos penais visitados pelas Conselheiras Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Tamboril no Estado da Paraíba, apontar os pontos positivos e as



irregularidades, recomendar providências e trazer sugestões para o aprimoramento da gestão, sempre tendo como parâmetro as normas de execução penal vigentes, a Constituição Federal e os atos normativos expedidos por este Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

De acordo com o *SEAP em Ação* (Informativo da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, volume 1, edição 1, de fevereiro de 2012), a população carcerária do Estado da Paraíba é de 8.429, sendo a décima sexta do Brasil e a quarta maior da região Nordeste. Segundo dados estatísticos do IBGE, em 2010 a Paraíba contava com uma população de 3.766.528 habitantes. O Sistema Penitenciário na Paraíba atualmente está organizado em 14 regiões Geo-Administrativas. Segundo o Informativo, 46% da população carcerária encontram-se na regional de João Pessoa, 21% na de Campina Grande e 7% na de Patos. A equipe do CNPCP elegeu estas três cidades para fazer sua vistoria.

Deve-se registrar que a última visita de inspeção do CNPCP no Estado deu-se há mais de quatro anos.

As visitas foram realizadas com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais. Para a realização dos trabalhos as Conselheiras contaram com a colaboração do servidor do CNPCP Jefferson Lopes, a quem registram elogios por sua competente atuação. As duas unidades penais visitadas na cidade de Patos – cidade distante 320 Km da Capital – o foram na companhia do Cel. Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto, Gerente do Sistema Penitenciário (GESIP) da SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, há um mês no cargo e professor universitário de Direito Constitucional; do representante da Pastoral Carcerária local, Sr. José Pereira de Andrade, e da Promotora da VEP, Sra. Miriam Pereira Vasconcelos. Nas três unidades inspecionadas em Campina Grande – cidade distante 132 Km da Capital – a equipe do CNPCP foi acompanhada pelo Sr. Arnaldo e pelo Promotor Público das Execuções Penais, Sr. Antônio Barroso Pontes Neto. As inspeções realizadas nos três estabelecimentos penitenciários localizados na cidade de João Pessoa foram acompanhadas igualmente pelo Sr. Arnaldo, pela Sra. Ivanilda Matias Gentle, Gerente Executiva de Ressocialização (SEAP) – no cargo desde julho de 2011 –, pelo Sr. Leandro Zaccaro Garcia, agente penitenciário federal representante da Ouvidoria



Nacional do Sistema Penitenciário, pelo Defensor Público das Execuções Penais, Sr. Severino Nunes de Lucena, e pelos representantes da Pastoral Carcerária estadual, o Pe. Bosco Francisco do Nascimento, e a Sra. Guiany Coutinho (Assistente Social), que também integram o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. Todas as inspeções contaram com a presença dos Diretores das respectivas Unidades. Cumpre ressaltar que todo o apoio logístico para a realização das inspeções foi fornecido pela SEAP, registrando-se aqui os agradecimentos por parte do CNPCP, especialmente ao Sr. Renato Mendes de Oliveira Filho, Chefe de Gabinete da Administração Penitenciária.

Informa-se que nos dois primeiros dias de trabalhos, enquanto as Conselheiras foram a Patos e a Campina Grande fazer as inspeções com o funcionário Jefferson e a equipe da SEAP, o Sr. Leandro, da Ouvidoria Nacional, permaneceu na Capital, onde no dia 12 reuniu-se longamente na SEAP com o Sr. Iran Alves Soares (ouvidoria@seap.pb.gov.br, fone: 83.3221.8286), Ouvidor do Sistema Penitenciário da Paraíba que havia assumido tal posto há apenas 10 dias, a fim de prestar-lhe um assessoramento na estruturação da Ouvidoria estadual. No dia 12 também reuniu-se com o Secretário Harrison Targino e com seu Secretário Executivo, Cel. Washington. Já no dia 13 o Sr. Leandro realizou reunião no Conselho Penitenciário Estadual, com a presença do Secretário de Administração Penitenciária Dr. Harrison Targino, do Secretário Executivo da SEAP, Cel. Washington França Silva e do Juiz da VEP, Dr. Carlos Neves, assim como participou do ato de inauguração da biblioteca da Unidade "Dr. Romeu Gonçalves" (PB1 e PB2). Neste dia também contatou com integrantes do Conselho da Comunidade (Sra. Elluênia Delfino e Dr. Sheyner Asfora, este seu Presidente) e da Pastoral Carcerária de João Pessoa.

Além dos formulários preenchidos pelos Diretores dos estabelecimentos penais (ANEXO 1 deste Relatório) as Conselheiras do CNPCP preencheram outros formulários – próprios dos Conselheiros, todos em ANEXO 2 – e serviram-se também do informe sobre denúncias à Ouvidoria Penitenciária Nacional, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a respeito do sistema penitenciário do Estado da Paraíba, e ainda da listagem dos Convênios e Contratos de Repasses até então celebrados entre o FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional) e o Estado da Paraíba, enviada ao CNPCP



pela Diretoria de Políticas Penitenciárias em 20 de junho de 2011, pelo Memorando nº 128/2011-DIRPP/DEPEN (ANEXO 3) e em 1º de março de 2012 – Memorando nº 028/2012-CGFPN/DIRPP/DEPEN (ANEXO 4), sobre os Convênios vigentes entre o DEPEN e o Governo do Estado da Paraíba, e 8 de março de 2012 – Memorando nº 52/2012 – OSPEN/DEPEN/MJ (ANEXO 5), todos lidos previamente.

Após o relato das inspeções e das reuniões realizadas (ilustradas com várias cópias de documentos, todas em apenso e disponíveis nos arquivos da Secretaria do CNPCP, e com amplo registro fotográfico – ANEXO 19), neste Relatório faz-se também um registro da realização da Audiência Pública do CNPCP na cidade de João Pessoa, ocorrida em 23 de abril de 2012, na qual participaram novamente as Conselheiras Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Tamboril, ocasião em que, antes, no mesmo dia, retornaram a Campina Grande para fazer uma checagem das providências que haviam sido por elas solicitadas em regime de urgência, na Unidade Raimundo Asfora (“Serrotão”).

Foram realizadas as seguintes reuniões e inspeções nas cidades de Patos, Campina Grande e João Pessoa, conforme relatos detalhados na sequência.

## **1. PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA PROCURADOR ROMERO ABDON QUEIROZ DA NÓBREGA, MUNICÍPIO DE PATOS**

**Data:** 12/03/2012 – início às 13h30’.

**Endereço:** BR 230, Jardim Magnólia.

**Capacidade:** 186 vagas.

**Lotação:** 288 presos.

**Destinação:** masculino fechado.

**Diretor:** Demitrius Dias Mendonça, agente penitenciário – Formação superiora incompleta, pois ainda é acadêmico do Curso de Direito e está há dois meses no cargo. Antes era o Diretor Adjunto. Está acumulando também as Direções da Unidade Feminina e da Casa de Albergue de Patos.

**Observação:** dez dias após a inspeção do CNPCP a imprensa nacional (Jornal Hoje, da TV Globo, entre outros) divulgava a prisão deste Diretor e de outros três funcionários da Penitenciária. Com efeito, o Diário Oficial do Estado trouxe, na edição de 22/03/12, o ato de exoneração do Diretor Demetrius Dias Mendonça, acusado de envolvimento com o tráfico de drogas e de facilitar a saída de presos para o cometimento de crimes, assim como publicou a nomeação de Jardson Silva Bezerra como novo Diretor. O então Diretor e os demais servidores foram presos durante a Operação Hidra, realizada pelas



polícias civil e militar durante o dia 21/03/12 em várias cidades do interior da Paraíba, visando a desarticular uma suposta quadrilha formada por presos e funcionários dos presídios. O diretor e os demais servidores suspeitos de envolvimento deverão apresentar defesa em um inquérito administrativo e também em investigações que já foram instauradas pela Polícia Civil em parceria com o Ministério Público da Paraíba. "De acordo com as Polícias Civil e Militar, o grupo também atuaria nas execuções de pessoas que tentavam denunciar o esquema. Uma das vítimas seria um detento preso na Operação Laços de Sangue. Ele foi detido no Rio Grande do Norte e supostamente integrava grupos de pistoleiros comandados por famílias do Sertão paraibano. O presidiário morreu no dia 7 de outubro de 2011, durante um incêndio na enfermaria do Presídio Regional de Patos. A Secretaria de Segurança e Defesa Pública da Paraíba determinou a abertura de uma sindicância para apurar se o incêndio foi criminoso ou acidental, porém o resultado não foi divulgado."<sup>1</sup>

### **Condições Gerais do Estabelecimento**

A estrutura predial é boa, eis que o prédio foi inaugurado em setembro de 2007, porém não apresenta acessibilidade para pessoas com deficiência, notadamente para o acesso às salas de aula e de atendimento médico e da Defensoria Pública, sendo que no dia da visita havia presos com deficiências.

As celas têm pouca aeração e estado regular de ventilação, pois são muito abafadas e faz muito calor em todo o Estado. Assim, o condicionamento térmico é ruim, embora tenha um ventilador por cama, levado aos presos pelos seus familiares.

Não há cama para todos os presos e os colchões são velhos e sujos.

Não há distribuição de uniformes, nem de toalhas, mas sim de lençol e artigos de higiene, o que é padrão em todo o Estado da Paraíba.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

Não há falta d'água, e os chuveiros são separados do sanitário ("boi"), em bom estado de conservação. As instalações hidráulicas e elétricas estão preservadas em bom estado.

Existem 18 extintores de incêndio distribuídos pela Unidade.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.paraiba.com.br/2012/03/22/55318-diretor-do-presidio-de-patos-suspeito-de-envolvimento-com-traffic-de-drogas-e-exonerado>>. Acesso em: 20 jun. 2012.



### **Higiene Pessoal e Ambiental**

Há distribuição de artigos de higiene pessoal e realização de palestras educativas a respeito.

As higiênes ambientais e pessoais são boas, exceto o estado dos colchões, muito sujos e fétidos, evidenciando a ausência de substituição periódica por parte do Estado.

### **Alimentação e Condição Geral da Cozinha**

A comida é feita na própria Unidade, em uma pequena cozinha industrial, limpa, porém pouco arejada, muito quente e sem ventiladores. Os cozinheiros usam toucas e jalecos. Não há câmara fria, apenas freezer. A equipe é de 8 detentos, prepara 300 refeições diárias e a comida é boa. Falta uma caldeira. Quem responde pela alimentação é o preso mais antigo na função, há cinco anos. Trabalham por remissão e por salário de R\$ 150,00 mensais, a serem enviados às famílias. Servem café da manhã, almoço e jantar.

Não se viu cardápio diferenciado para doentes nem para os convalescentes de cirurgias.

Os visitantes podem levar comida aos presos.

### **Segurança e Alojamento dos Agentes Penitenciários**

A impressão sobre o alojamento dos agentes é muito boa, sendo um espaço bem limpo, com ar condicionado, banheiro e chuveiro, comportando 6 agentes por turno.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares e por agentes de segurança penitenciária.

A Direção diz que nos últimos seis meses não foram encontradas substâncias tóxicas com os visitantes.



Os agentes usam uniformes e têm acesso à Escola Penitenciária, mas não têm plano de carreira.

### **Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social**

Não existe atendimento social. Há atendimento religioso, sendo que o representante da Pastoral Carcerária, que atua nesse trabalho voluntário há 5 anos e acompanhou a inspeção, disse que aos poucos a administração da Unidade vinha melhorando. A Pastoral realiza atividades semanais na Unidade.

Para o atendimento jurídico há uma sala para a Defensoria Pública e, conforme a Promotora de Justiça da Execução Penal que acompanhava a inspeção, o Defensor comparece uma vez na semana à Unidade, mas os agentes disseram que não vai com muita frequência. Cada preso possui sua ficha técnica e processual, em armários situados na sala do Diretor. As Conselheiras verificaram algumas pastas processuais dos presos e estavam adequadas. Por exemplo: o preso Cristiano de Lucena Silva, que entrou em 18 de dezembro de 2009, alegava que já estaria na hora de sair, mas verificou-se em seu prontuário que não.

Segundo o questionário preenchido pelo Diretor do estabelecimento, a Juíza da VEP visita a Unidade, não indicando a frequência.

A Promotora das Execuções Penais, Dra. Miriam Pereira Vasconcelos, parece ser bem atuante, tendo sido inclusive dela o pedido para que a Unidade feminina de Patos fosse interditada. Está atuando há três anos na VEP de Patos e visita esta Unidade uma vez ao mês. Ela também é integrante do Conselho da Comunidade e disse que este funciona bem, havendo um detento, que já conseguiu progressão para o regime semiaberto, Sr. José Ferreira Martins, que faz a ponte do Conselho com os presos. Pediu uma reunião em apartado com as Conselheiras, para explicar que antes havia um diretor, já afastado, de nome Francisco Olímpio de Queiroga, que dificultava muito o trabalho do Ministério Público. Relatou também que notícias da imprensa deram conta de que pesavam contra um outro diretor, também já não mais no cargo, denúncias de desvio de absorventes destinados às presas, e também de falsificação de auxílio-reclusão. Registrou ainda que por iniciativa do Ministério Público conseguiu



melhorar a qualidade nutricional da alimentação servida aos presos, pois antes só comiam pés de galinha na janta e agora, graças a um termo de cooperação que ela articulou com a comunidade e com o PAA – Programa de Assistência Alimentar, da Prefeitura Municipal, os detentos recebem uma sopa incrementada à base de carne com osso e legumes, cujas doações são de comerciantes do ramo de alimentos, sendo que a Prefeitura doa polpa de fruta, doces e queijos. Finalmente, relatou que também por iniciativa do Ministério Público conseguiu o gabinete odontológico para esta Unidade.

### **Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento**

As Conselheiras entrevistaram o Agente da Disciplina Fábio Miguel Lopes, há 4 meses no posto, que disse que a média de presos submetidos a sanções disciplinares é de 2 por mês, em média por 15 dias, chegando ao máximo de 30. Aparentemente a segurança do estabelecimento é boa e a disciplina também.

Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são restrições de visitas e isolamentos preventivos, determinados pelo Diretor, em uma chapa de aço para castigo isolado. Esta cela de isolamento é boa, apesar de menor, mantendo as mesmas características de todas as demais.

### **Banho de Sol**

Dá-se diariamente, das 8h às 10h, quando os custodiados também jogam bola.

### **Visita Familiar, Social e Íntima**

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas, todas as quartas-feiras, ocasião em que os colegas de cela que não as estiverem recebendo permanecem nas celas, uma regra padrão no Estado.

A revista íntima em mulheres é feita por agentes femininas, havendo 5 agentes lotadas na Unidade às quartas-feiras e domingos, dias de visitas.





As visitas familiares e sociais acontecem no pátio e nas celas.  
Há distribuição de preservativos semanalmente.

### **Atividades de Ensino**

Há duas salas de aula e, segundo o Diretor, 70 alunos matriculados para alfabetização (EJA) em um universo de 288 presos. No entanto, as Conselheiras verificaram que não há acessibilidade adequada, pois as salas de aula ficam na parte administrativa, no primeiro piso, cujo único acesso é uma escada espiral provavelmente muito fora das normas da ABNT, pois até para uma pessoa sem deficiências fica difícil se locomover por ela.

### **Saúde**

Há apenas uma enfermaria e não há farmácia. A Direção afirmou haver um odontólogo que trabalha na Unidade, mas no dia da visita não se viu nenhum movimento na área da saúde. Há um gabinete odontológico, conseguido graças ao esforço do Ministério Público local.

Há presos com AIDS, que recebem o coquetel de tratamento regularmente.

### **Trabalho**

Em torno de 70% dos presos desta Unidade trabalham, em geral na confecção de bolas, em um Convênio do Governo do Estado com a Empresa Carreiro Sports, produzindo ali cerca de 4.500 bolas ao mês. O dinheiro que os presos recebem é destinado às suas famílias. Costuram essas bolas nas celas.

Também há uma oficina de gesso, onde 10 detentos produzem peças decorativas, como vasos, jarros e cofrinhos.

Há um Convênio da SEAP com o SENAI e a Amanco, para o oferecimento de um Curso de Instalador Hidrossanitário, de 100 horas de duração, dando certificados, omitindo nestes a condição de detentos. Em 2011, de uma turma de 32



apenados que participaram do curso, 29 o concluíram com êxito (cf. **ANEXO 6**). A Gerência de Ressocialização informou que pretende reeditar este curso nos próximos meses de 2012.

## **2. PRESÍDIO REGIONAL DE PATOS (PRESÍDIO FEMININO JOSÉ AMÉRICO)**

**Data:** 12/03/2012

**Endereço:** Rua Horácio Nóbrega, Belo Horizonte

**Capacidade:** 60 - Lotação: 57

**Destinação:** feminino fechado.

**Diretor:** Demitrius Dias Mendonça – Formação: curso superior incompleto.

**Observação:** fato que já de início surpreendeu negativamente à equipe do CNPCP foi a Direção de uma Unidade feminina ser ocupada por um homem, ainda mais que este mesmo Diretor cumula a direção de três Unidades, o que por si só é contraproducente, sem falar que as idiosincrasias femininas possivelmente seriam melhor compreendidas por uma Diretora mulher.

### **Condições Gerais do Estabelecimento**

A estrutura predial é péssima, tratando-se de prédio velho, de 1955, localizado no centro da cidade, que por muito tempo (até 2007) foi o único presídio da cidade e era muito desumano, abrigando também os homens do regime fechado que hoje estão na Unidade Máxima, então a superlotação que havia impedia a manutenção e piorava seu interior paulatinamente. É cheio de rachaduras, trincas, buracos, infiltração, gotejamentos. Atualmente já está em andamento a sua ampliação, em função de uma Ação Civil Pública que a Promotora de Justiça, Dra. Miriam, moveu em novembro 2011 – e encaminhou cópia ao CNPCP pelo Ofício GAPROM nº 1445/2011, em 22/11/2011, autuado no CNPCP como Processo de Nº 08037.000329/2011-26 (**ANEXO 7**), a partir de queixas sistemáticas das presas de que dormiam no térreo sob gotejamento de urina dos presos homens dos regimes aberto e semiaberto, que ficam no andar de cima. No momento da inspeção contou ela às Conselheiras que até as crianças que dormiam nas celas ficavam sob esse gotejamento de urina, mas que após a intervenção do Ministério Público hoje já existe um berçário para 8 crianças (no dia da visita somente havia 3



crianças lá). Também a partir da ação da Promotora é que o problema do vazamento de urina foi consertado. No entanto, a Dra. Miriam relatou com grande preocupação que, apesar de o Poder Judiciário ter decidido pela concessão parcial da medida liminar antecipatória, para que o Estado da Paraíba, no prazo de 60 dias, fizesse a reforma e a regularização estrutural da Unidade, prevendo multa diária de R\$ 10 mil pelo descumprimento da ordem (Cf. Decisão à p. 29 do ANEXO 7), até hoje a Carta Precatória enviada ao órgão competente do Estado não voltou de João Pessoa, não se sabendo então se o Estado foi citado ou não sobre essa medida liminar que decretou a intervenção parcial em 03/11/2011, da 5ª Vara Judicial da Comarca de Patos.

O Sr. Arnaldo, que estava presente, informou que a licitação para a reforma do prédio já foi feita, e que o edital de adjudicação também já ocorreu. O Sr. Paulo Renato Diniz, Professor da Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Engenharia Civil, a serviço da SEAP, acompanhou esta visita e explicou a planta da ampliação desta Unidade às Conselheiras. Informou também que em 2011 foi sancionada uma Lei Estadual obrigando a toda empresa que contratar obras com o Estado a absorver 5% de mão-de-obra prisional, atitude louvável.

O condicionamento térmico é regular, pois além de fazer muito calor, as celas são pouco arejadas.

Não há camas em número suficiente, mas tem colchões para todas as presas.

Segundo a Direção, não há distribuição de uniformes, nem de toalhas, mas sim de um lençol e kit higiene, mais preservativos. No entanto, as presas negam que recebam artigos de higiene.

### **Instalações Hidráulicas e Elétricas**

As instalações hidráulicas e elétricas também são muito precárias, ainda as mesmas de 1955. Há fios elétricos expostos e vazamentos de água pelo prédio.

As agentes compram água mineral para o seu consumo. As presas tomam a água da torneira.



### **Higiene ambiental**

As celas são bem limpas pelas presas, não tendo mau cheiro. No entanto, a Promotora relatou que até pouco tempo tudo era bem sujo, sendo que ratos chegaram a roer o pé de uma detenta, tal era o nível de insalubridade do ambiente.

### **Segurança**

Há três agentes penitenciárias que trabalham ali, número insuficiente.

A impressão sobre o alojamento das agentes é regular, muito pequeno, também com infiltrações.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária; a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policiais militares com auxílio de agentes penitenciários.

### **Execução Penal – Atendimento Jurídico, Social e Religioso**

Segundo a Direção, e conforme o questionário que preencheu, há atendimento jurídico regular somente por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário (VEP), pois a Defensoria não aparece no presídio.

Não há atendimento social, nem visitas do Conselho da Comunidade ou do Conselho Penitenciário.

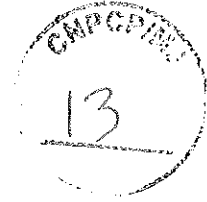
A Pastoral Carcerária realiza trabalhos semanais com as presas.

### **Banho de Sol**

Realizado diariamente, com duração de 2 horas.

### **Visitas Familiar e Íntima**

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas, a cada 8 dias.



As visitas familiares dão-se nos corredores e no pátio, que é muito grande, mas não tem bancos para as pessoas sentarem-se. Os familiares podem trazer alimentos para as presas.

### **Alimentação**

A alimentação é feita na própria Unidade, sendo que na cozinha, improvisada, trabalham 5 presas. Esta cozinha fica no andar de cima do prédio, é muito pequena e lá faz muito calor. Tudo é improvisado, faltando local adequado para preparar os alimentos e para lavar as louças. Antes era no térreo, bem maior, mas cedeu o espaço para a montagem do berçário.

As presas contaram que quando a cozinha do térreo foi desativa para dar lugar ao berçário, elas passaram a receber as “quentinhas” vindas da Unidade masculina, mas que por falta de viaturas a comida chegava sempre fora do horário. Foi aí que, há aproximadamente meio ano, improvisaram esta outra cozinha. Mesmo assim, algumas presas continuam recebendo a marmita da Unidade Máxima e outras preferem cozinhar nas próprias celas, onde têm fogareiros, panelas e outros utensílios de cozinha.

### **Saúde**

Não há atendimento psicológico, aliás, nenhum atendimento de saúde na Unidade, não existindo farmácia nem enfermaria. As presas recebem atendimento odontológico no local da Unidade Máxima, masculina, aos sábados, sendo que das 12 vagas que o dentista destina todos os sábados, 4 são reservadas para estas presas.

As presas reclamaram de falta de atendimento ginecológico.

Muitas presas tomam medicamentos controlados, sendo os mais comuns o “cloridrato de paroxetina” (Pondera) e a “cefalexina”. Registre-se que na chegada da equipe do CNPCP à Unidade presenciou-se uma cena de histeria coletiva, com crises de choro e de ansiedade por parte de muitas presas, que, muito agitadas, entravam e saíam das celas aos gritos e tomavam estes remédios a todo o momento. A Promotora tentou explicar às Conselheiras, assustadas, que eram



presas vindas de um município vizinho chamado Catolé do Rocha, daquela "Operação Laços de Sangue", referida acima, na observação inicial quando se tratou da Unidade Máxima. Este grupo de presas gritava muito e fazia queixas contra o Diretor das Unidades, o Sr. Demitrius, e contra outras pessoas também, e relatava a morte daquele preso na Unidade masculina, queimado na enfermaria, dizendo estarem com medo de que mais alguma execução ocorreria por ali, pois que estavam sendo ameaçadas de morte. A cena foi muito forte e confusa, então as Conselheiras não puderam compreender por inteiro o caso, que parece ser bem complexo.

### Trabalho

Conforme a Direção, 5 presas trabalham na cozinha, 3 na limpeza e 2 no artesanato. Afora isso, há a horta orgânica que a Promotora Dra. Miriam implantou, um elogioso projeto chamado "Plantando Minha Liberdade", no qual 12 presas laboram. As Conselheiras visitaram a horta, que é para o consumo próprio, visando a melhorar a alimentação das custodiadas e ensinar-lhes um ofício, por meio de um treinamento que está sendo dado pela EMATER para ensinar o reaproveitamento de alimentos em medicamentos e na culinária, noções de higiene alimentar, sendo que semanalmente há reuniões para aprendizado. A Conselheira Gisela sugeriu que o aproveitamento deste curso fosse registrado com certificados às participantes.

Também por iniciativa da Promotora Miriam, com a ajuda da comunidade local, conseguiu-se instalar um salão de beleza na Unidade, para que as presas pudessem se cuidar e valorizar sua autoestima e também aprenderem um ofício. Houve um curso profissionalizante, mas também sem a conferência de certificados às participantes.

Por fim, a Promotora contou que há uma presa, Sra. Eliane Bezerra da Silva, que domina a técnica de bordado *Renaissance*, que tem alto valor agregado no produto final, e ela tem vontade de ensinar às demais, mas falta o material. As Conselheiras entrevistaram esta presa e puderam ver a boa qualidade do seu



trabalho. Recomenda-se, assim, que o Estado providencie esse material necessário à atividade de ensino às colegas que quiserem aprender tal ofício.

### **Caso Especial**

Durante a visita as Conselheiras foram procuradas por uma presa, a apenada Maria Aparecida de Souza, que solicitou ajuda para dirimir uma séria dúvida que possui em relação ao caso judicial de Richardeson Rôden de Souza, de 10 anos, seu filho, para averiguar a suspeita quanto a eventual incorreção por partes dos advogados que atuam no Processo Nº 200.2011.020.750-9, distribuído em 20/05/2011 na 1ª Vara Cível de João Pessoa (Cf. ANEXO 8), quanto à prestação de contas desta ação de indenização, pedindo que isso fosse visto junto ao Comitê de Ética da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de João Pessoa, e ao Comitê de Ética do Conselho Federal da OAB, uma vez que, segundo ela, a Defensoria Pública não dá assistência nesta Unidade, e ela tem advogados particulares constituídos, ocorre que a dúvida que possui é justamente quanto à postura destes.

### **3. PENITENCIÁRIA REGIONAL FEMININA DE CAMPINA GRANDE**

**Data:** 13/03/2012, parte da manhã.

**Endereço:** Alça Sudoeste, s/n, BR 230, Serrotão.

**Capacidade:** 36 vagas.

**Lotação:** 81 (34 sentenciadas e 47 provisórias).

**Diretora:** Aline Cristine Cardoso da Silva, agente penitenciária – Formação: Bacharel em Geografia.

**Diretores Adjuntos:** Anselmo Vasconcelos Costa e Siulnara, ambos agentes penitenciários.

**Chefe de Disciplina:** Cínthia, agente penitenciária.

**Observação 1:** nesta visita as Conselheiras também foram acompanhadas pelo Sr. Marconi Edson Lira de Amorim, Coordenador do Trabalho do Preso e do Egresso, da Gerência de Ressocialização da SEAP, neste cargo desde junho de 2011.



**Observação 2:** as Conselheiras registram elogios à equipe administrativa e diretiva desta Unidade, cujos profissionais fazem um trabalho coeso e eficiente, com muita dedicação.

### **Condições Gerais do Estabelecimento**

A Unidade fica dentro do que se chama "Complexo Penitenciário Serrotão". As condições gerais do estabelecimento são regulares. Possui sete celas, sendo uma destinada a recolhimento e outra para isolamento, com quatro vagas. Há ainda uma cela destinada às sete mulheres que trabalham na cozinha, totalizando as 8 celas coletivas. Não há acessibilidade no local e há presa com deficiência.

No dia da visita havia uma presa idosa, que possui acompanhamento de advogado particular. Em janeiro deste ano a família buscou a única criança que ainda havia na Unidade, havendo agora, em construção, um berçário, com brinquedoteca.

Não há distribuição de uniformes, apenas para quem trabalha na cozinha. Devido o número de presas ser superior à capacidade, não há camas para todas. São distribuídos apenas lençóis. As toalhas as presas têm que providenciar sozinhas.

Observa-se que na visita as Conselheiras do CNPCP presenciaram uma construção em andamento nesta Unidade, fruto de uma parceria entre a SEAP e o campus de Campina Grande da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Segundo matéria publicada no "CAMPUS em Revista", de dezembro de 2011, edição I, nº 01, a UEPB firmou convênio de Mútua Cooperação Técnica-Pedagógica e Científica com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária em Agosto de 2011, visando a "promover atividades nos presídios masculinos e femininos campinenses, através da construção de espaços específicos para a realização de diversas ações, desde a alfabetização até a universidade". Tal Convênio é elogiável.

Para a execução das ações previstas neste convênio a UEPB está construindo, dentro do Complexo Penitenciário denominado "Serrotão", uma escola com oito salas de aula, biblioteca, berçário, um salão multiuso, espaços que serão destinados para oficinas de aprendizagem, marcenaria, fábrica têxtil e fábrica para confecção de mochilas. Além desta construção, também está em andamento a criação de um





Escritório Modelo de Direito e de um parlatório para audiências, sendo que o Escritório Modelo será coordenado por docentes do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), com a colaboração de estudantes do curso de Direito. Segundo a Direção, a previsão de entrega das obras é final de abril de 2012. Explicou ainda a Direção que irão demolir o espaço da atual parte administrativa – com efeito, muito pequeno – e o das celas atuais, e que o novo prédio do feminino entre na rubrica “reforma” porque o valor da contrapartida do Estado foi destinado enquanto reforma.

Neste estabelecimento está sendo construído também um espaço específico para visita íntima.

Os tijolos utilizados nestas construções são produzidos pelos próprios presos dentro do complexo penitenciário, atitude louvável.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

As instalações hidráulicas e elétricas estão precarizadas. A água que abastece esta unidade prisional vem da Penitenciária Padrão, daí que sua chegada aos chuveiros é muito precária.

### **Higiene Pessoal e Ambiental**

As dependências da unidade prisional estavam limpas no dia da visita, com registro de pintura a cal nas paredes, algumas bem recentes. Em geral, o aspecto é bom.

O material de higiene pessoal é raramente distribuído e a maioria recebe-o da própria família. Apesar disso, no dia da visita as Conselheiras puderam ver, na Sala da Direção, materiais de higiene a serem distribuídos às presas, contendo inclusive antisséptico bucal (“Perio Plak”).



### **Alimentação e Condição Geral da Cozinha**

A alimentação é feita pelas presas na própria unidade e as condições da cozinha são satisfatórias tanto em relação à higiene quanto à feitura da comida. Uma situação singular identificada nesta unidade é que a comida servida para as presas é a que também comem as agentes penitenciárias e os agentes. As Conselheiras provaram da comida e puderam atestar que é de boa qualidade e bem sortida.

Há uma câmara fria para conservar bem os alimentos naquele calor intenso, o que permite, por exemplo, haver frutas e verduras nas alimentações.

### **Segurança e Alojamento das Agentes Penitenciárias**

A segurança do estabelecimento internamente é realizada por agentes penitenciárias, e externamente por policiais militares. Quando necessária, a escolta externa é feita tanto pelos agentes quanto pelos policiais militares.

A escala é de 24 por 72. Nesta Unidade, de acordo com a Diretora, tem 14 agentes femininas e 12 masculinos.

Houve um incêndio no início deste ano (em 05 de janeiro), sendo que duas presas atearam fogo em colchões e ambas morreram. Há 5 extintores de incêndio na Unidade.

As Conselheiras indagaram a atual Direção a respeito de uma ex-Diretora, Sra. Hortência Maria Araújo Ramalho, sobre a qual houve denúncias por parte de familiares de detentas e de agentes penitenciários – de torturas, abuso de autoridade por não assinar as certidões carcerárias com a finalidade de não conceder benefícios às detentas, fornecimento de alimentação inadequada e apropriação do dinheiro das presas que trabalhavam – na Ouvidoria Do Sistema Penitenciário Nacional (Ministério da Justiça – Processo 08001.000810/2007-42 – ANEXO 3 deste Relatório). A Direção atual não soube informar se tal servidora foi exonerada ou não, dizendo apenas que se tratava de Assistente Social do quadro da SEAP.

As condições do alojamento das agentes são regulares.



## Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social

O atendimento social é feito por uma assistente social que atende diariamente na Unidade. Há atendimento religioso regular. Não há atividades esportivas, nem culturais ou de lazer.

Já o atendimento jurídico por conta da própria Unidade é realizado via convênio com a UEPB. As Conselheiras entrevistaram a Advogada Juliana Montenegro (OAB/PB nº 13644), contratada pela UEPB em Convênio com a SEAP, para prestar serviços às apenadas, a partir de 27 de dezembro de 2011. Neste período, ela já conseguiu “soltar” 9 presas e também organizou um prontuário com os dados de todas as detentas, embora a Unidade tenha tudo isso também informatizado. Atua somente nesta Unidade feminina do Complexo Serrotão. Vem à Unidade todos os dias, exceto às quartas-feiras, cumprindo um turno diário no estabelecimento penal e outro no Fórum.

Segundo informações da Sra Juliana, no que se refere à Defensoria Pública, a Sra. Giselda é a única Defensora que vem sempre à Unidade (uma vez na semana), embora pareça haver 4 Defensores Públicos lotados para este estabelecimento feminino. O Juiz da VEP é o Sr. Fernando e, conforme a Direção, inspeciona a Unidade uma vez ao mês, assim como o Conselho Penitenciário e o Conselho da Comunidade, sendo que a Pastoral Carcerária faz tal inspeção três vezes no mês. Ainda conforme informação da Direção, no formulário que preencheu sobre a Unidade (ANEXO 1), o Ministério Público não inspeciona a Unidade, no entanto, o Promotor Sr. Antônio Barroso Pontes Neto, há dois anos com este encargo de inspecionar o estabelecimento, acompanhou toda a visita das Conselheiras e demonstrou que faz inspeções regularmente, com frequência semanal (todas as sextas-feiras), sendo muito atuante.

Não há qualquer espaço próprio reservado aos atendimentos jurídicos, lembrando-se que o Escritório Modelo do Complexo está em fase adiantada de construção.



## **Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento**

Atualmente o ambiente na Unidade é aparentemente tranquilo. Em geral as sanções disciplinares aplicadas são a retirada da visita familiar, do banho de sol e, nos casos mais graves, o isolamento, não excedendo o que define a legislação. A impressão acerca da cela de isolamento é boa, sendo ela arejada e limpa, embora tivesse com aspecto de limpeza e de lavagem bem recentes.

## **Banho de Sol**

O Banho de sol é diário, das 8h às 11h da manhã. Este horário também é destinado para lavar roupas.

## **Visita Familiar, Social e Íntima**

As visitas íntimas acontecem uma vez por semana, às quartas-feiras, dentro das próprias celas, mas está em estado adiantado a construção de motéis enquanto espaços exclusivos para isso. As presas recebem preservativos semanalmente.

As visitas familiares e sociais são aos domingos e feitas no espaço destinado ao banho de sol. Lá tem uma pequena cobertura e apenas uma calçada que serve de assento para os visitantes.

A revista em mulheres é feita por agentes femininas e o procedimento é vexatório, pois as mesmas são convidadas a ficarem despidas e agachadas no espelho.

## **Atividades de Ensino**

Como as salas de aula ainda se encontram em construção, a proposta é que, assim que forem concluídas, possam atender a todas as detentas que desejarem estudar. A Direção informou já haver 30 presas inscritas para iniciar as aulas (EJA) no dia 19 de março de 2012.



## Saúde

A Unidade não está integrada ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional. Há uma enfermaria e não há farmácia. Não há enfermeiros, nem auxiliares de enfermagem, psicólogos, psiquiatras ou dentistas. A Direção afirma apenas haver um médico, mas no dia da visita não o avistamos por ali. De modo geral, o atendimento à saúde é muito precário, praticamente inexistente.

Há duas presas com AIDS, que recebem o tratamento regularmente, encaminhadas que são ao Hospital Alcides Carneiro (Hospital Universitário).

## Trabalho

Muitas presas desta Unidade (em média 15) trabalham em uma atividade de serigrafia ("fábrica"), mediante um Convênio da SEAP com a Empresa Epigraf, para a confecção de envelopes para laboratórios de exames de saúde, caixas de papel para lojas e outros itens muito bonitos e de qualidade, cujo labor é feito nas próprias celas e pelo qual as detentas ganham por unidade produzida. Ocorre que as Conselheiras ouviram queixas das presas e da própria Direção da Unidade no sentido de que esta atividade laboral estava acabando por um impasse gerado pela assessoria jurídica da SEAP em relação ao contrato/convênio, eis que a empresa prefere continuar remunerando as presas pela produção, e a SEAP estaria preferindo que fosse uma remuneração fixa. Indagadas, as presas responderam que preferem que seja por produção, pois assim ganham muito mais e sentem-se estimuladas a produzir sempre mais. Ainda, solicitaram que as Conselheiras fizessem um apelo ao Secretário da SEAP para que tal convênio continuasse.

Afora isso, as únicas atividades laborais existentes para as detentas são aquelas destinadas à manutenção do funcionamento da própria Unidade, quais sejam, na cozinha (8 presas) e na limpeza (2).



#### 4. PENITENCIÁRIA REGIONAL PADRÃO (MÁXIMA), MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

**Data:** 13/03/2012, parte da tarde.

**Endereço:** Alça Sudoeste, s/n, BR 230, Serrotão.

**Capacidade:** 150 vagas.

**Lotação:** 454

**Destinação:** Masculino (Fechado e Provisório)

**Diretor:** Sargento da PM Daniel Dias Rodrigues, há 5 meses no cargo, mas antes era do serviço de inteligência – **Formação:** graduado em Educação Física, estudando Psicologia.

**Diretor Adjunto:** Gessier Martins da Silva, assumiu o posto há um mês, e informa que é agente penitenciário há mais de 10 anos, porém até hoje apenas com contrato, sem concurso público. Explicou às Conselheiras que há uma peculiaridade do sistema penitenciário paraibano neste aspecto, pois há em torno de 500 agentes penitenciários na mesma situação, sem concurso, tidos como aqueles “que fundaram o sistema”, alguns há 20 anos nesta condição de não concursados e cuja diferença salarial em relação aos efetivos (concurados) chega a ser de mais de um mil reais mensais (em média um concursado está ganhando R\$ 1.800,00 líquidos mensais, e um contratado R\$ 680,00).

#### Condições Gerais do Estabelecimento

Trata-se de penitenciária de regime fechado que abriga homens sem condenação, apenas provisórios, com capacidade para 150 apenados. No dia da inspeção do CNPCP havia 454 presos. Além da superlotação, outro grande problema nesta Unidade salta aos olhos: são presos provisórios, em média há mais de um ano sem audiência! Segundo a Direção e o Promotor que acompanhou as Conselheiras, o problema é da vara processante. O Diretor explicou ainda que este estabelecimento não era para ser destinado a presos provisórios, ocorre que em 2010 foi desativada a Penitenciária Monte Santo, da área urbana da cidade de Campina Grande, a pedido de moradores vizinhos dela, e os presos provisórios que lá estavam vieram todos para cá, sendo que lá passou a ser apenas local para o semiaberto, cujos condenados vinham cumprindo pena em suas casas por falta de local próprio. Uma curiosidade: Luan, filho de Fernandinho Beira Mar está preso nesta Unidade.

A Unidade é relativamente nova, possuindo um prédio bem conservado e sólido, composto por 6 celas individuais e 27 coletivas, todas com banheiros, sendo



distribuídas entre térreo e primeiro andar do espaço reservado aos presos. As celas coletivas são para 6 pessoas, mas têm de 13 a 17 presos cada uma.

Não há nenhuma acessibilidade para pessoas com deficiências. Apesar disso, pelo menos a escada que dá acesso ao primeiro piso (parte administrativa e setor de saúde) não é tão fora das normas da ABNT como aquela vista na Unidade masculina de Patos, embora a planta do prédio seja bem parecida.

Nesta penitenciária, como nas demais do Complexo Serrotão, as celas são quentes, com pouca ventilação e não há ventiladores em seu interior.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

As instalações hidráulicas e elétricas estão preservadas.

Não houve reclamações de presos quanto à distribuição de água nesta Unidade, embora a de beber não seja gelada.

### **Higiene (Pessoal e Ambiental) e Uniformes**

Todas as dependências da Unidade estavam limpas no dia da visita.

Não há distribuição de uniformes, menos ainda de toalhas e de artigos de higiene.

### **Segurança e Alojamento dos Agentes Penitenciários**

A segurança do estabelecimento internamente é realizada por agentes penitenciárias, e externamente por policiais militares. Quando necessária, a escolta externa é feita tanto pelos agentes quanto pelos policiais militares.

O alojamento dos agentes é razoável. A escala de trabalho deles é de 24 por 72 horas.

Há apenas 3 extintores de incêndio em toda a Unidade.



## Saúde

A Direção diz que a Unidade está integrada ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, possuindo uma equipe de saúde completa (com médico, enfermeira, dentista, psicóloga etc.), conforme é estipulado pela competente Portaria Interministerial. Esta equipe trabalha no primeiro andar do prédio, que é o andar da Administração, porém as Conselheiras viram poucos profissionais e pouca movimentação em tal setor. Neste espaço também há uma farmácia, uma enfermaria e banheiros. Viu-se uma cela com os presos da enfermaria, onde estava, entre eles, um diabético que teve uma perna amputada há três meses. Ali também ficam os idosos e aqueles presos que não têm convívio. Esta cela possui banheiro em seu interior.

As Conselheiras entrevistaram a Dra. Claudete, que disse atender a Unidade feminina, que fica ao lado, um meio turno na semana (às segundas-feiras, turno da manhã). Explicou que há 2 presos com AIDS, que recebem seu tratamento regularmente.

As Conselheiras também procuraram entrevistar a odontóloga, Sra. Socorro, que não estava presente e nem foi possível ver o consultório/gabinete odontológico, pois os servidores informaram que ela fica com as chaves da sala. As presas da Unidade feminina vêm para cá fazer seus tratamentos dentários.

## Alimentação e Condição Geral da Cozinha

A alimentação é confeccionada na própria Unidade, em um espaço que fica no térreo. Ali o ambiente estava limpo e os trabalhadores (presos) asseados. A comida tinha bom aspecto. Oito presos trabalham na cozinha.

## Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento

Em geral as sanções disciplinares aplicadas são o isolamento (em média por 10 dias), a advertência verbal, a suspensão do banho de sol e da visita familiar.





## **Banho de Sol**

O Banho de sol é diário, momento no qual os presos também jogam futebol.

## **Visita Familiar, Social e Íntima**

As visitas íntimas acontecem uma vez por semana, às quartas-feiras, dentro das próprias celas. Para os detentos do seguro elas se dão aos sábados. Os presos recebem preservativos semanalmente.

As visitas familiares e sociais dão-se duas vezes na semana (às sextas-feiras e aos domingos), e são feitas no espaço destinado ao banho de sol.

A revista em visitantes mulheres é feita por agentes femininas e o procedimento é vexatório, pois as mesmas precisam ficar despidas e agachadas no espelho.

## **Atividades de Ensino, Culturais, Esportivas e de Lazer**

A Direção informa que há 18 presos estudando no ensino fundamental (supletivo), 15 no ensino médio (também supletivo), ambos ministrados por professores da Secretaria Estadual de Educação, e 32 em curso profissionalizante do SENAI (impressão serigráfica).

Também foi informado pela Direção que há atividades esportivas, culturais e de lazer para os presos, mas aparentemente só mesmo o jogo de futebol é viabilizado. Nas celas não há televisão, mas são permitidos o acesso a rádio, aparelho de som, jornais e revistas.

## **Trabalho**

Para além dos 8 detentos que laboram na cozinha da Unidade, a Direção informa que 10 trabalham na limpeza, um nos serviços administrativos e 18 no artesanato. Além disso, menciona que são ministradas duas oficinas

profissionalizantes, pelo SESC e pelo SENAI, com cursos de impressor serigráfico, manutenção de microcomputadores e outros.

### **Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social**

Na Unidade há um local pequeno reservado para visita de advogados, advogadas, defensores e defensoras públicas, magistrados, enfim, aos profissionais do atendimento jurídico. No entanto, nota-se que este trabalho não vêm surtindo efeitos, dado o altíssimo número de presos provisórios sem nem sequer a realização de audiências, embora a Direção diga que regularmente dois Defensores Públicos comparecem semanalmente à Unidade, assim como juiz e promotor da VEP mensalmente. Como já se disse acima, praticamente todos alegam falhas do juízo processante.

Foi informado pelo Diretor que o atendimento social é feito por um profissional da área da Assistência Social, certamente um número muito insignificante diante da alta população carcerária que ali se encontra. A Pastoral Carcerária visita a Unidade semanalmente.

### **5. PRESÍDIO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE RAIMUNDO ASFORA**

**Data:** 13/03/2012 – parte da tarde.

**Endereço:** Alça Sudoeste, s/n, BR 230, Serrotão – Campina Grande.

**Capacidade:** 300 - Lotação: 685.

**Destinação:** masculino, regime fechado (condenados).

**Diretor:** Capitão da Polícia Militar Alex Sandro Brito Araújo, a partir de fevereiro de 2011 – **Formação:** Bacharel em Segurança Pública pela Academia da Polícia Militar. Atua com dois Diretores Adjuntos (vices), que são agentes penitenciários.

#### **Condições Gerais do Estabelecimento**

Trata-se de presídio de regime fechado que abriga homens condenados, com capacidade para 300 apenados. No dia da inspeção do CNPCP havia 685 presos. No formulário preenchido pela Direção (ANEXO 1 deste Relatório) constam 684, sendo comum esta rotatividade dada à mobilidade dos presos por diferentes razões. A





superlotação é um grande problema nesta penitenciária, já que existem 384 presos além da capacidade, representando um aumento de 128%. Além deste grave problema de superlotação carcerária, alguns presos entrevistados pelas Conselheiras afirmaram que em outros tempos havia entre eles até uma criança, que ficava nas celas e ia junto com os servidores fazer a contagem dos presos.

A Unidade é composta por nove pavilhões. Cada pavilhão possui duas celas coletivas para comportar no máximo 20 presos, mas há em média de 35 a 45 homens amontoados, em regra sem camas, e os colchões estão em péssimas condições. Como exemplo de extrema superlotação cita-se o caso do Pavilhão 2-A, que possui 40 camas para 47 homens, sendo que os excedentários dormem "na BR" (nos colchões dispostos no chão da cela).

O primeiro pavilhão é destinado para o "seguro" e o último ao isolamento, sendo que este último é somente uma cela e corresponde à metade dos demais pavilhões. Segundo formulário preenchido pela Direção, a dimensão das celas é de 17m x 5m, perfazendo um total de 16 celas, nos oito pavilhões; não há celas individuais.

Ao lado da parte administrativa a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em convênio com a SEAP, está construindo um prédio onde será implantado o Escritório Modelo de Direito e um parlatório para audiências, que servirão não apenas a esta Unidade, mas também às outras duas do Complexo "Serrotão". Espera-se que esta ação contribua com a política de ressocialização dos presos dando mais celeridade aos seus processos e aos benefícios previstos em Lei a que têm direito. As Conselheiras visitaram as obras e entrevistaram o Sr. Petrônio Tobias, apenado, que é mestre de obras e toma conta de todas as construções que estão em curso no Serrotão, explicando que serão 8 salas de aula, onde funcionará ensino desde o nível fundamental até o superior, havendo biblioteca, cantina, e até um auditório. Ali será um campus avançado da UEPB.

A estrutura predial atual é muito precária, ruim, embora à primeira vista não se percebesse, isto porque a parte externa foi previamente limpa e pintada, mas somente referente a outros setores, como as áreas do pátio, as destinadas à administração, à padaria, à enfermaria e à farmácia. Todas essas dependências ficam antes do portão que dá acesso aos pavilhões de presos.



É preciso ressaltar que o complexo "Serrotão" fica ao lado de uma pedreira, e, sempre que nesta há explosões, as paredes das celas trincam, eis que são muito frágeis e velhas. Daí que, no período das chuvas, há muitas goteiras que molham até os colchões dos presos. As Conselheiras puderam ver tais rachaduras em algumas das celas visitadas. Os presos disseram que há uns dois meses houve reforma no Pavilhão 2-A, por exemplo, mas que a laje já está rachada de novo em função das atividades da referida pedreira.

A Direção informou que há um projeto, no DEPEN, para construir 3 novos pavilhões, com 300 vagas.

Nesta penitenciária as celas são muito quentes, sem ventilação e nas que foram visitadas pelas Conselheiras havia apenas um precário ventilador, na entrada. Os presos, em entrevista, disseram que desde 2006 os ventiladores no interior das celas foram suspensos a eles pela Direção.

O caso mais absurdo que as Conselheiras encontraram nesta Unidade foi na já referida cela de isolamento, inclusive citada pelos presos de outras celas para que fosse inspecionada pelo CNPCP. De fato, é das piores realidades já vistas em inspeções, pois no momento a sujeira tomava conta da entrada por completo, com muitas moscas varejeiras, mosquitos, baratas, e esgoto caudaloso a céu aberto. Nesta cela não tem vaso sanitário, não é servida água e os presos ficam sem energia. Neste dia havia 21 presos na cela e, de acordo com eles, muitos estavam lá há mais de 30 dias, contrariando frontalmente a LEP. A vasilha da comida era muito suja. As Conselheiras tiveram que se posicionar a aproximadamente três metros da entrada da cela para falar com os presos, já que era impossível chegar-se à grade da cela por conta do ar fétido exalado. Dali, tendo ao lado o Diretor e seus auxiliares, e também na presença do Gerente Executivo do Sistema Penitenciário, Sr. Arnaldo, perguntaram aos presos como faziam beber água, tendo eles respondido que os presos do pavilhão da frente é que, por solidariedade, jogavam as garrafas de água para que eles, com sorte, as pudessem pegar e beber um pouco de água, relato que deixou a equipe do CNPCP extremamente chocada. Saindo dali as Conselheiras dirigiram-se para a sala do Diretor e, na presença do seu chefe, Sr. Arnaldo, pediram para que, como medida humanitária urgente, retirasse aqueles homens da situação mais degradante e desumana que já



tinham visto uma pessoa ser submetida. O Sr. Arnaldo deu um prazo de 48h para resolver a situação e garantiu, no dia seguinte, já na presença do Secretário de Estado da pasta, Sr. Targino, que acompanharia o cumprimento da tarefa. Mesmo assim, devido à gravidade da situação, as Conselheiras informaram a ele que, por ocasião da ida do CNPCP para a Audiência Pública sobre a situação do sistema penitenciário paraibano, a ser realizada em João Pessoa nos próximos dias 23 e 24 de abril, iriam retornar a este presídio para verificar a resolução deste e outros problemas hoje verificados.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

As instalações hidráulicas e elétricas são muito precárias, encontrando-se em péssimas condições, mas está em curso uma reforma, segundo o setor de engenharia.

A distribuição de água é feita somente três vezes ao dia, por apenas meia hora, para beber, tomar banho, lavar roupas. Além disso, ressaltou-se o caso da cela de isolamento, conforme relato acima, sem vaso sanitário e sem água para beber, tomar banho ou lavar roupas, e também sem energia elétrica.

### **Higiene (Pessoal e Ambiental) e Uniformes**

As dependências da unidade prisional onde se encontram as celas estavam muito sujas no dia da visita, apresentando péssimo aspecto de conservação e higiene, tanto dentro das celas quanto em seu entorno. Todas as caixas de esgoto estavam abertas, entupidas, estouradas, com mau cheiro e muita sujeira.

Não há distribuição de uniformes, menos ainda de toalhas e artigos de higiene. Foi dito pela Direção que se distribui roupa de cama, embora os presos digam que isso é extremamente escasso, apenas uma vez por ano, e não é para todos, já que nem camas existem nas celas.

Indagada sobre o mau estado e a falta de higiene dos colchões, a Direção disse que a cada mês troca 100 colchões desta Unidade.



## **Segurança e Alojamento dos Agentes Penitenciários**

A segurança do estabelecimento internamente é realizada por agentes penitenciárias, e externamente por policiais militares. Quando necessária, a escolta externa é feita tanto pelos agentes quanto pelos policiais militares.

O alojamento dos agentes é razoável.

Há apenas 7 extintores de incêndio em toda a Unidade.

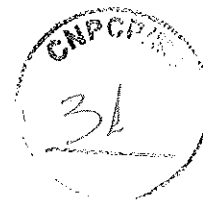
## **Saúde**

Esta Unidade é das poucas do Estado da Paraíba que está integrada ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, possuindo uma equipe de saúde completa (com médico, enfermeira, dentista, psicóloga etc.), conforme é estipulado pela competente Portaria Interministerial. Esta equipe trabalha em um prédio próprio, amplo, em separado da parte administrativa e das celas. Neste espaço também há uma farmácia e banheiros.

As Conselheiras entrevistaram a enfermeira, Sra. Maria Bernardete de Souza, que apresentou a unidade de saúde e explicou que há 8 presos com tuberculose, um com suspeita de AIDS, muitos casos de micoses, escabioses e parasitoses, havendo também muita diarreia, em função da má qualidade da água, mesmo da tratada. Disse que fazem campanhas regulares com palestras continuadas aos presos sobre higiene e saúde.

Também foi entrevistada a psicóloga, Sra. Alzenir Stela Cadena de Paula, que informou haver 27 apenados tomando medicamentos controlados.

Mesmo assim, quando as Conselheiras entrevistaram os presos, estes reclamaram muito da falta de atendimento médico e odontológico.



### **Alimentação e Condição Geral da Cozinha**

A alimentação é confeccionada na própria unidade, em um espaço que fica junto à parte administrativa, longe dos pavilhões de celas. Ali o ambiente estava limpo e os trabalhadores (presos) asseados. A comida tinha bom aspecto.

A comida é servida em uma vasilha de plástico, entregue aos presos por uma abertura na entrada da cela, ocorre que dada à espessura do recipiente, este precisa ser inclinado, o que acaba derramando resíduos de alimentos na entrada, facilitando a presença de moscas varejeiras pelo ambiente.

### **Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento**

Em geral as sanções disciplinares aplicadas são o isolamento (em média por 20 dias), a advertência e a suspensão da visita familiar. A impressão acerca da cela de isolamento é péssima, conforme já se relatou acima.

### **Banho de Sol**

O Banho de sol é diário, por 3 horas, das 9h às 12h, momento no qual os presos também jogam futebol, em campinhos improvisados, cheios de cascalho. As bolas são trazidas pelas famílias. As Conselheiras sugeriram à Direção que faça um intercâmbio com a Unidade Masculina de Patos, para que lhe envie bolas de futebol, uma vez que lá há uma forte produção mensal de bolas.

### **Visita Familiar, Social e Íntima**

As visitas íntimas acontecem uma vez por semana, dentro das próprias celas. Os presos recebem preservativos semanalmente.

As visitas familiares e sociais dão-se uma vez na semana e feitas no espaço destinado ao banho de sol, onde não há qualquer cobertura ou assento para os visitantes.



A revista em visitantes mulheres é feita por agentes femininas e o procedimento é vexatório, pois as mesmas precisam ficar despidas e agachadas no espelho.

### **Atividades de Ensino, Culturais, Esportivas e de Lazer**

Para além do futebol nos precários campinhos improvisados, não há qualquer atividade cultural, esportiva ou de lazer para os presos. Nas celas não há televisão. Quando as Conselheiras perguntaram ao Diretor porque não existe televisão ou um aparelho qualquer de som para os presos ele informou que segue o Decreto Estadual que proíbe esse tipo de objeto nas celas, o que destoa das penitenciárias no município de Patos e da Unidade feminina que fica do lado desta aqui mesmo no "Serrotão".

### **Trabalho**

A ociosidade entre os detentos é muito grande nesta Unidade, sendo que os presos do Pavilhão 2-A reclamaram muito de que só presos de um dos pavilhões têm a chance de trabalhar e de estudar.

### **Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social**

Nas dependências administrativas há um local para visita de advogados, advogadas, defensores e defensoras públicas, mas não para estagiários ou estagiárias. Há somente um parlatório. Na verdade constatou-se que o local é pequeno demais para o enorme contingente de apenados que estão nesta Unidade, sendo que isso inviabiliza as conversas reservadas que juízes, promotores, defensores ou advogados deveriam ter com os presos, o que é feito então, de modo inadequado, somente nas audiências.

Foi informado pelo Diretor que o atendimento social é feito por 3 profissionais da área da Assistência Social, embora nada autorize as Conselheiras a confirmar isso, dado o estado de abandono dos presos. O mesmo ocorre com o atendimento jurídico, em cujo ambiente foram vistas máquinas de datilografia muito antigas – na ativa! – ao

AP.





invés de computadores, sendo que não tem sinal de internet no local e por isso também não é alimentado o INFOPEN. O Sr. Arnaldo informou que começaram a cadastrar dados no INFOPEN apenas na Unidade feminina. As Conselheiras então recomendaram que a SEAP urgentemente providencie internet à rádio para este Complexo Serrotão, tão comum em outras Unidades penais do interior do Brasil, inclusive em lugares ermos, como colônias penais agrícolas.

Durante a visita nos pavilhões o Promotor de Justiça das Execuções Penais de Campina Grande, Sr. Antonio Barroso acompanhou as Conselheiras, todavia serviços identificados como sendo da VEP ou da Defensoria Pública não eram do conhecimento dos presos entrevistados. Ao contrário, em duas celas nas quais as Conselheiras conversaram com aproximadamente 80 presos, a reclamação era geral sobre a situação deles em relação aos processos e pedidos de benefícios.

O Promotor alegou a falta de funcionários para esta deficiência no atendimento jurídico dos presos, além dos problemas de saúde do atual Juiz Titular da VEP. Alegou também que neste ano, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba vem apresentando muitos problemas com seu sistema informatizado, tendo-o deixado fora do ar praticamente em todos os meses de janeiro e fevereiro.

No dia da visita o Diretor informou que fora enviado para o sistema judiciário uma lista de 184 presos desta Unidade, que supostamente poderiam estar gozando algum benefício, no entanto, todos os processos encontram-se parados na Vara de Execução Penal (VEP) ou carecendo de pareceres da Promotoria, revelando assistência jurídica muito precária a esta população carcerária. Quanto a isso, um caso é emblemático: José Hilton Alves Camelo, do Pavilhão 2-A, condenado a 14 anos e 6 meses de "detenção", já cumpriu 10 anos de reclusão e nunca (!) teve um só benefício concedido, sendo que todos os seus colegas de cela atestaram ser ele de bom comportamento e não ter família que o visite regularmente, pois é de um outro município da região (Boqueirão), recebendo visita apenas de ano em ano, ficando, portanto, inclusive sem produtos de higiene, roupas, toalhas etc. As Conselheiras olharam este caso com especial atenção, sendo que, ao irem ao setor de atendimento jurídico procurar seu prontuário, os funcionários não encontravam sua pasta. Esperou-se tempo até que o Sr. Alberto, servidor do setor jurídico, e sua equipe, pudessem encontrar a ficha deste



preso, pois a procura é mais demorada tendo em vista que os prontuários não estão informatizados. Quando a pasta finalmente foi encontrada, as Conselheiras a analisaram juntamente com o Promotor Público, Sr. Barroso, vendo então que este apenado estava prestes a ir para progressão, sendo que em outubro de 2011 lhe fora pedida uma reabilitação, e antes, em 2009 lhe houvera sido indeferida a progressão. Porém, ninguém da equipe de atendimento jurídico soube informar onde concretamente estava o seu pedido, sendo que as Conselheiras indagaram ao Cel. Arnaldo, que disse que iria averiguar se estava lá na sua Gerência (GESIP), na Capital do Estado. Resulta que até o final da visita tal documento não havia sido encontrado, tendo ficado acordado com o Sr. Arnaldo que cuidaria deste caso com especial empenho, e que comunicaria as Conselheiras sobre o seu desfecho.

Além deste caso do preso do Pavilhão 2-A, as Conselheiras também viram juntamente com o Promotor de Justiça mais duas pastas de presos do Pavilhão 2-B, a pedido, sendo eles Ivan Inácio da Costa e Cícero Pereira da Silva. O primeiro alegava ter direito à progressão, sendo que acabou de ser reabilitado, estando, portanto, realmente apto à progressão, tendo o Promotor comprometido-se a dar-lhe a Certidão Atualizada de Pena ainda no dia de hoje. Quanto ao segundo, verificou-se que o Defensor Público Carlos Alberto de Souza fez-lhe pedido de indulto recentemente, em 06/03/2012.

## 6. CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININA "MARIA JÚLIA MARANHÃO"

**Data:** 14/03/2012, parte da manhã.

**Endereço:** Rua Benvenuto Gonçalves, s/nº, Bairro Mangabeira – João Pessoa.

**Capacidade:** 98 vagas.

**Lotação:** 399 (231 presas provisórias, 41 do semiaberto, 16 do aberto, 10 "domiciliares" e 101 sentenciadas).

**Diretora:** Agente Penitenciária Cinthia Almeida de Araújo. Formação: licenciada em História.

**Diretora Adjunta:** Márcia Maria Rodrigues Estrela.

**Diretor Adjunto:** Ítalo Macedo Barreto.

**Chefe de Disciplina:** Magdala Dutra, Agente Penitenciária.

**Observação:** nesta, como nas outras visitas, as Conselheiras foram escoltadas pelo pessoal do GPOE (Grupo Penitenciário de Operações Especiais) e da Polícia Militar, por decisão da Administração. Também foram acompanhadas, nesta visita, pelo



Defensor Público das Execuções Penais de João Pessoa, Sr. Severino Nunes de Lucena; pelo Sr. Leandro Zaccaro, da Ouvidoria do Sistema Nacional, e pelos representantes da Pastoral Carcerária estadual, Pe. Bosco Francisco do Nascimento, e Sra. Guiany Coutinho, que também integram o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, assim como pelo Sr. Arnaldo e pela Sra. Ivanilda Matias Gentle.

### Condições Gerais do Estabelecimento

Trata-se de Unidade feminina que abriga todo tipo de regime.

No dia da inspeção do CNPCP havia 399 presas, mas a Direção informou ser comum este número chegar a 405. Na verdade entre as 399 a Direção computa 10 presas que estariam em regime "domiciliar".

Quando de suas visitas ao pavilhão de celas, puderam as Conselheiras ver que foram projetadas para 4 ou 6 presas, mas que ultrapassam em muito tal capacidade. Por exemplo: cela 06 – para 4 vagas, tem 17 presas; Cela 05 – para 6 vagas, tem 21 presas; Cela 08 – para 6 vagas, tem 21 presas; Cela 09 – para 6 vagas, tem 17 presas; Cela 11 – para 4 vagas, tem 10 presas; Cela 13 – para 6 vagas, tem 20 presas; Cela 14 – para 4 vagas, tem 16 presas.

Além da superlotação, outros grandes problemas nesta Unidade saltam aos olhos: o alto número de presas provisórias e muitas presas grávidas ou com crianças recém-nascidas (18). Há uma sala destinada a estas presas, uma espécie de berçário, relativamente limpo, com camas, berços, banheiro, material de higiene. Ali foram vistas 18 mulheres, sendo que 5 estavam grávidas. Com elas estavam 13 crianças e bebês (de 15 dias a um ano). Entre elas encontra-se a presa Suene Araújo Bentes da Silva, que é soropositiva, mas as colegas da cela não sabem, e está ali com um filho de 6 meses. Está presa há 8 meses sem audiência. Uma delas, entre as entrevistadas pela equipe do CNPCP, relatou que foi conduzida algemada para a maternidade, mas que durante o trabalho de parto o médico que a atendeu se revoltou com a situação e então tiraram as algemas. Isto teria acontecido sob a responsabilidade da Agente Iara.

A estrutura predial da Unidade recebe pouca manutenção, e a aeração, insolação e condicionamento térmico das celas podem ser classificados como



regulares, devido à superlotação, que compromete a salubridade do ambiente todo. O prédio contempla 14 celas, cujo setor prisional possui um corredor central com celas dos dois lados. Viram-se torneiras com vazamentos dentro das celas, gerando, pois, tal falta de manutenção básica inclusive o desperdício no consumo de água.

Não há camas para todas as presas, até por falta de espaço, e também faltam colchões. Para dormir, as presas ficam amontoadas nas camas e no chão, na porta ou dentro do banheiro. Os colchões estão em precárias condições e, devido à superlotação, não os há em quantidade suficiente para todas as presas de cada cela.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

As instalações hidráulicas e elétricas estão preservadas. A condição dos chuveiros e dos vasos sanitários é boa.

Não houve reclamações de presas quanto à constância e à regularidade de distribuição de água nesta Unidade, embora a de beber não tenha boa qualidade, sendo da torneira.

### **Higiene (Pessoal e Ambiental) e Uniformes**

Todas as dependências da Unidade estavam limpas no dia da visita. Em geral o aspecto das celas é bom, sendo bem cuidadas pelas presas.

Não há distribuição de uniformes, apenas para as presas que trabalham. Não se distribuem roupas de cama, apenas o lençol. O Estado também não fornece toalhas e as presas dizem que dificilmente recebem artigos de higiene e absorventes íntimos, ficando na dependência de doações.

Assim, a assistência material às internas é insuficiente. Os colchões fornecidos são de baixa qualidade e, em razão disso, deterioram muito rapidamente. Não há trocas periódicas desses colchões, obrigando as internas a dormirem praticamente na superfície dura da cama de alvenaria.

São as próprias visitas que trazem o material de higiene de cada interna, como sabonetes, cremes, escovas de dente e creme dental. É importante ressaltar que as



internas que não recebem visitas ficam sujeitas à caridade de suas companheiras de cela, sendo que contra isso também conta a limitação de entrada desses itens e de alimentação suplementar quando trazidos pelos visitantes. O corte periódico de cabelo também não é oferecido pela Unidade às presas.

### **Segurança e Alojamento das Agentes Penitenciárias**

A segurança do estabelecimento internamente é realizada pelas agentes penitenciárias, e externamente por policiais militares. Quando necessária, a escolta externa é feita tanto pelos agentes quanto pelos policiais militares. Esta Unidade é considerada de segurança média.

Na entrada do estabelecimento não existe nenhum pórtico com detector de metais, e nem raquetes manuais detectoras de metal para a inspeção individual. Quando do ingresso da equipe do CNPCP na Unidade não houve qualquer tipo de revista, nem mesmo a solicitação para que os visitantes deixassem seus aparelhos de telefones celulares na portaria, procedimento de rotina em outros estabelecimentos visitados, o que denota falha grave na segurança. No portão ficam 4 homens (agentes penitenciários).

Embora existam muralhas ao redor da Unidade em boas condições estruturais, elas não possuem vigilância externa. As guaritas estavam vazias, e foi informado que, de 5, apenas 2 estão ativas. Também não existe circuito de vigilância eletrônica. No dia da visita, as agentes presentes não portavam nenhum tipo de armamento, seja letal ou menos letal. Indagadas sobre isso pelas Conselheiras, informaram que a SEAP não lhes fornece nenhum tipo de equipamento operacional, apenas camisetas, sendo que elas mesmas têm que adquirir, mediante recursos próprios, os cintos táticos, os coturnos, os coldres e os demais equipamentos necessários para o desempenho de função de segurança.

O alojamento das agentes é bom, contendo 5 camas, aparelho de ar condicionado, armários, forno de micro-ondas, banheiro e mesa para refeições. O ambiente estava bem limpo no dia da visita. A escala de trabalho delas é de 24 por 72 horas. Cada plantão possui 7 agentes, mais a Chefe de Disciplina, número considerado



insuficiente diante do total de 399 internas existentes atualmente na Unidade, comprometendo a segurança da instituição. Embora isso, a disciplina é considerada boa dentro do estabelecimento.

Há extintores de incêndio na Unidade. Cumpre destacar que não existem ligações elétricas clandestinas, evitando o perigo de curto-circuito e incêndio.

De acordo com depoimentos de presas entrevistadas pelas Conselheiras, não existem brigas ou animosidades entre as internas, no entanto, houve uma queixa generalizada, por parte das detentas, quanto à postura da Diretora, que dizem ser muito agressiva e bruta.

### Saúde

A Unidade não está integrada ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, sendo a assistência à saúde das presas muito deficitária. Não há um local adequado e específico para o tratamento de saúde dentro do estabelecimento, nem funcionários qualificados e à disposição para tal serviço. O que há é somente o fornecimento de medicamentos paliativos, esporadicamente, para casos simples. Embora isso, a Direção informou haver o atendimento de uma Médica (às quartas-feiras) e de uma Enfermeira (todas as manhãs), noticiando casos de AIDS (3) e de Tuberculose. Em casos graves de saúde, não existe equipe de escolta para o transporte das internas para hospitais ou centros de tratamento. Também não há o fornecimento periódico de remédios de uso contínuo. De acordo com depoimentos das internas, os remédios de uso continuado para cardíacas, diabéticas e portadoras de síndromes psiquiátricas são trazidos pelos próprios familiares das presas.

As mulheres presas se queixaram (e em muitas estava visível) de sarnas e de outras doenças de pele, assim como de verminoses, o que é piorado pelo fato de beberem água da torneira e ficarem amontoadas em colchões imundos e finos. Disseram que quando ficam doentes são retiradas das celas e ficam na "praça", e que dificilmente são levadas ao médico. Também contaram que não podem reclamar de nada, pois do contrário vão para o castigo. Há uma presa com febre reumática dormindo no chão.



As Conselheiras também viram mulheres que dizem necessitar de intervenções cirúrgicas sem nenhuma perspectiva de quando receberão tais procedimentos.

### **Alimentação e Condição Geral da Cozinha**

A alimentação é confeccionada na própria Unidade, em um espaço muito quente e pouco ventilado, sem nem sequer um ventilador ou um exaustor. As janelas que existem são pequenas e muito altas. Ali o trabalho das cozinheiras é penoso, tendo as Conselheiras presenciado seu labor com as roupas totalmente encharcadas de suor, grudadas aos corpos. Apesar disso, o ambiente estava limpo e a comida tinha muito bom aspecto. No entanto, para surpresa das Conselheiras, isto contrasta com a opinião de várias presas entrevistadas em suas celas, que dizem que a comida é ruim, com fezes de barata e de ratos, pulgões, cabelos humanos, perna de barata.

Servem café, almoço e janta, mas nunca há frutas. Não há nutricionistas. As próprias presas que fazem a comida montam os cardápios.

Oito presas trabalham na cozinha, todas usando toucas e jalecos, e recebem salário de R\$ 100 (cem reais) por mês, além da remição de pena. Entretanto, as próprias internas registraram que a remuneração é muito baixa, além de não existir perspectiva de reajuste periódico por parte da Administração.

### **Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento**

Como já se mencionou acima, a disciplina é considerada boa na Unidade, isto do ponto de vista de não se ver nenhuma revolta explícita por parte das presas. Em geral as sanções disciplinares aplicadas são o isolamento (em média por 15 dias), e em média 3 presas ao mês sofrem tal sanção.

As condições do local destinado ao isolamento são regulares.

Ouviram-se queixas generalizadas das presas quanto à violência e os maus tratos que sofrem rotineiramente por parte da Direção e de algumas das Agentes Penitenciárias, tendo as Conselheiras recebido relatos de que uma presa teria dado a luz ali mesmo, sem assistência, e de que outra ("Michelle"), por castigo, ficou algemada



durante três dias com as mãos para cima, estando menstruada, em intenso calor e sem absorventes íntimos, cujo sangue lhe escorria pelas pernas. As presas não precisaram em quais datas exatas tais episódios de violência teriam acontecido, mas este último fato foi confirmado pela equipe da Pastoral Carcerária que estava acompanhando a visita do CNPCP. Esta e outras denúncias de maus tratos às presas estão relatadas no Relatório/Denúncia feito pela Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária após visita à Unidade Maria Júlia Maranhão, no dia 12 de abril de 2012, documento encaminhado às Conselheiras e apensado a este Relatório (ANEXO 9).

As presas entrevistadas disseram que se reclamarem de qualquer coisa vão para o castigo, no "Chapão". Também todas as que conversaram com as Conselheiras relataram que a equipe da Unidade não tem a menor educação para tratar com elas: "não sabem falar com a gente", dizem as detentas. Tais queixas foram especialmente dirigidas à Diretora, que disseram ser má, autoritária e truculenta para com elas, usando expressões do tipo: "Quando eu falo tem que murchar as orelhas"; "Ó xente, ainda não morreu?"; "Se gritar, fica de castigo"; "se ficar doente nem chama, deixa morrer". Contaram também que a Diretora e suas agentes chegam a usar spray de pimenta contra elas e que lhes dão castigos severos no "chapão", além de que, por qualquer motivo, tiram a visita e o banho de sol.

### **Banho de Sol**

A superlotação, aliada à falta de agentes suficientes, impõe restrições ao direito de banho de sol diário, em nome da segurança no procedimento. Em razão da falta de recursos humanos, o banho de sol é oferecido apenas uma ou 2 vezes por semana, ao invés da frequência diária prevista em lei, e por meia hora a cada vez, no máximo uma hora, isto segundo informações das presas entrevistadas.

### **Visita Familiar, Social e Íntima**

As visitas íntimas acontecem uma vez por semana, às quartas-feiras, dentro de três celas destinadas a isso, no espaço do regime semiaberto. O local para tal é bom,





limpo, e as visitas duram 2 horas por casal. As presas recebem preservativos semanalmente.

As visitas familiares e sociais dão-se aos domingos, no pátio, das 8h às 16 horas. Trata-se de um pequeno pátio coberto que fica atrás do prédio que abriga as celas, com bancos de cimento para o recebimento dessas visitas.

A revista em visitantes mulheres é feita por agentes femininas e o procedimento segue o padrão vexatório aplicado no Estado, pois elas precisam ficar despidas e agachadas no espelho. As presas entrevistadas disseram que as agentes também colocam os dedos nas suas vaginas. Na verdade é possível que isso seja bem pior, segundo relatos dos membros da Pastoral Carcerária que acompanharam as Conselheiras nesta inspeção: disseram eles que é prática comum em algumas Unidades, principalmente na "Roger" – mas eventualmente também aqui e na PB1 e PB2 –, que haja nus coletivos nessas revistas às visitantes, ficando 5 agentes e 5 visitantes mulheres, estas totalmente despidas, com os espelhos, quase sempre com a realização de toque interno, às vezes sem o uso de luvas, e em alguns casos esse procedimento é feito até em crianças. A Sra. Guiany atesta que já presenciou tais rituais de revista íntima, sendo que às vezes as visitantes até são postas para evacuar. Estes integrantes da Pastoral explicaram às Conselheiras que, paradoxalmente, há uma lei estadual sobre revista íntima extremamente humanista, que fixa procedimentos especiais para casos de suspeitas, quando as Direções das Unidades deveriam declarar a suspeição por escrito, e aí a revista passaria a ser individual, mediante consentimento, e realizada por profissional da área da Saúde.

Permite-se aos visitantes levar comida para as detentas, em quantidade limitada pela Direção.

### **Atividades de Ensino, Culturais, Esportivas e de Lazer**

Há duas salas de aula, com 30 presas estudando (EJA ou Brasil Alfabetizado).



## **Trabalho**

Para além das 8 detentas que laboram na cozinha da Unidade, uma presa trabalha na “escola”, uma na separação de lixo para reciclagem, 7 varrem o pátio, e 20 em uma fábrica de costura, da Empresa Ágape Confecções, empresa privada conveniada há 1 ano e 5 meses com a Unidade. As Conselheiras entrevistaram a Sra. Sônia Maria Bezerra de Aquino, Gerente de Produção da fábrica, que disse que as presas que ali trabalham recebem R\$ 250,00 mensais fixos mais produção, e que a jornada de trabalho é de 8 horas diárias. Elas fazem fardamentos profissionais e outras peças. As presas costureiras também foram entrevistadas e disseram estar contentes com seu trabalho e também com a remuneração, até porque estão aprendendo um ofício. O local de trabalho é bom, amplo, bem organizado, limpo e bem arejado. A Direção também informou que algumas presas fazem artesanato nas celas. Além disso, menciona que há presas dos regimes aberto e semiaberto trabalhando fora da Unidade, em convênios com 13 outros órgãos do Estado, como SEAP e IMEC. As Conselheiras pediram as listas para saber quantas seriam e os locais de trabalho externo, mas este material não foi entregue.

Apesar das oportunidades de trabalho registradas acima, há muitas reclamações de outras internas em razão da baixíssima oferta de vagas, pois elas têm um interesse generalizado em trabalhar para remir a pena.

## **Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social**

Na Unidade há um local, logo na entrada, reservado para atendimento da Defensoria Pública e de outros profissionais do atendimento jurídico. No dia da visita ali estavam as Defensoras Públicas Senhoras Maria Ângela do Amaral, Norma Lúcia Cavalcanti do Vale e Maria Valeriano de Oliveira Marques. Elas informaram que vêm à Unidade de duas a três vezes na semana (às segundas, terças e quartas-feiras) e que atendem nesta sala, pela manhã (das 8h às 12h). No entanto, segundo respostas das presas quando entrevistas a esse respeito pelas Conselheiras, não há qualquer

atendimento jurídico nesta Unidade, informação que foi confirmada por algumas agentes que acompanhavam tal diálogo. As presas disseram que o Defensor Público, Sr. Lucena, que estava acompanhando a visita do CNPCP, nunca tinha entrado no pavilhão para conversar com as internas, e nem mesmo as Defensoras que ficam lá na frente, na entrada do prédio, não havendo também nenhuma iniciativa, por parte da Defensoria Pública do Estado, no sentido de promover mutirão ou cadastramento das internas que necessitem de assistência jurídica. Como a imensa maioria das presas pertence às camadas mais pobres da sociedade, elas não possuem recursos financeiros para contratar advogados particulares, o que torna a situação ainda mais grave, pois presenciaram-se relatos de inúmeros casos de internas que certamente já teriam direito à progressão de regime, mas que continuam no regime fechado devido à falta de acompanhamento processual.

Quando foram entrevistadas em suas celas, muitas presas disseram às Conselheiras não obter informações dos processos, estando com audiências atrasadas, prazos vencidos, havendo presas com seis a oito meses sem informações de quando serão ouvidas em juízo, outras já com penas vencidas etc.

Ressalte-se, ainda, que não existem escoltas para levar as internas às audiências no Fórum, fator que contribui para o total desconhecimento da situação processual de cada uma delas perante a Justiça.

Foi informado pela Diretora que não há profissionais da área da Assistência Social atuando na Unidade.

A Pastoral Carcerária visita a Unidade muito seguidamente e procura ajudar trazendo algum conforto, seja espiritual, seja material.

## **7 – PENITENCIÁRIA “DOUTOR ROMEU GONÇALVES DE ABRANTES” (CONHECIDA COMO PB1 E PB2)**

**Data:** 14/03/2012 – final da manhã e início da tarde.  
**Endereço:** Rua Projetada, s/n, Jacarapé – João Pessoa.  
**Capacidade:** 624 vagas  
**Lotação:** 655 presos.  
**Destinação:** masculino, regime fechado (condenados).





**Diretor:** Capitão da PM Sérgio Fonseca de Souza – **Formação:** Bacharel em Segurança Pública, pela Polícia Militar.

**Vice-Diretor:** Capitão Mariano, também da Polícia Militar.

**Observação:** nesta visita, tal como ocorreu naquela à Unidade feminina Maria Júlia, as Conselheiras foram acompanhadas pelas mesmas pessoas lá referidas.

### **Condições Gerais do Estabelecimento**

Trata-se de prédio de 2007, cuja estrutura predial em si é boa, relativamente bem conservada. A muralha exterior está em bom estado e não apresenta danos aparentes, rachaduras ou infiltrações. Nesta Unidade também não existem torres de vigilância no perímetro do presídio, e nem sistema de vigilância através de câmeras.

Esta Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves engloba vários pavilhões, inclusive o PB1 e o PB2, que foram os inspecionados pelas Conselheiras. Todo o complexo possui uma muralha em volta, em boas condições, sem nenhum dano estrutural aparente. Existe uma grande cerca elétrica por dentro da muralha, operante, mas não há vigilância por cima do muro. Não existe pórtico detector de metal na entrada e a equipe do CNPCP não sofreu nenhum tipo de procedimento de revista, mas foi solicitado para que se deixassem os telefones celulares na entrada do presídio, antes de entrar na carceragem.

Apesar de a Direção informar que a capacidade da Unidade é de 624 vagas e de que, portanto, somente haveria 36 presos além deste número, na verdade o que se viu, em todas as celas inspecionadas no PB1 e no PB2, foi um quadro de superlotação, sendo que em todas elas o número de internos é maior do que a capacidade da cela (há 12 camas de cimento por cela e, em média, de 13 a 16 internos). Muitos deles são obrigados a dormir no chão ou em redes improvisadas, pois falta espaço adequado. Em razão da superlotação, não há condições adequadas de higiene e de ventilação nas celas, o que enseja o aparecimento de doenças respiratórias e de pele. Cumpre destacar ainda que cada cela possui apenas um banheiro, o que é insuficiente perante o número de internos alojados, sendo que, de acordo com depoimentos, é frequente o entupimento do vaso com o conseqüente transbordamento de dejetos dentro da própria



cela, além da habitual falta d'água. Esta superlotação atinge também a cela destinada aos presos doentes.

### **Instalações Hidráulicas, Elétricas e Fornecimento de Água**

As instalações hidráulicas e elétricas são muito precárias, encontrando-se em péssimas condições. Existe ligação hidráulica nas celas, mas, de acordo com os internos entrevistados, o fornecimento de água é deficiente e irregular, ocorrendo apenas 3 vezes ao dia, e somente de 15 a 20 minutos, isto para beber, tomar banho, fazer a limpeza da cela, lavar roupas e dar descargas na privada. Levando-se em conta que em média há 15 presos por cela, restaria em torno de um minuto (!!) para cada preso fazer tudo isso correndo, ou seja, é impossível. Como será relatado abaixo, no item próprio, nem no dia de visitas íntimas há água disponível nas celas. Todos os presos entrevistados disseram que não têm água suficiente e que vivem na escuridão.

Quando as Conselheiras indagaram à Direção o porquê de tal restrição à água, obteve a resposta de que não pode ligar mais vezes porque os presos fazem tocas para esconder celulares.

As celas também não possuem energia elétrica. Segundo vários presos entrevistados, a primeira atitude que o atual Diretor, Capitão Sérgio, tomou, ao assumir o cargo, foi mandar tirar todas as lâmpadas das celas. Assim, a única iluminação presente nas celas vem da luz do sol, pelas pequenas frestas de ventilação existentes nas paredes externas. Após o pôr do sol, os internos são obrigados a ficar no escuro. Isto é mais grave em se tratando do Estado da Paraíba, especialmente de João Pessoa, onde, consabidamente, pelo fato de Cabo Branco e Ponta Seixas serem os pontos mais orientais das Américas, começa a anoitecer já a partir das 17 horas. De acordo com a Direção da Unidade, as luzes e a fiação elétrica foram retiradas porque os internos estavam usando ligações clandestinas na eletricidade para carregar a bateria de telefones celulares. Ainda assim, apesar de não haver luz, viram-se muitas gambiarras internas nas celas, por falta de manutenção da própria Direção.

Notou-se que o Cel. Arnaldo, que estava acompanhando a visita, ficou constrangido por esta situação de restrição de água e de ausência total de luz,



principalmente quando as Conselheiras atentaram para o paradoxal fato de que no dia anterior haviam inaugurado ali naquela Unidade uma grande biblioteca, diante de ausência de claridade e luminosidade para os presos poderem ler em suas celas. Pediu, então, na presença de todos, que o Capitão Sérgio, Diretor, solicitasse em regime de urgência a reinstalação da eletricidade na Unidade, e o restabelecimento de fornecimento contínuo de água nas celas. Foi aí que o Capitão Sérgio disse que já tinha um encaminhamento seu pedindo as revisões hidráulica e elétrica no prédio.

Como nas celas não há energia elétrica, por óbvio que também os presos não possuem ventiladores, o que contribui ainda mais para a falta de aeração e o excesso de calor em tais ambientes superlotados.

### **Higiene (Pessoal e Ambiental) e Uniformes**

As dependências onde se encontram as celas estavam muito sujas no dia da visita, apresentando péssimo aspecto de conservação e higiene, tanto dentro das celas quanto em seus corredores; estes são sujos, com restos de comida no chão, limo, água e detritos. As grades das celas estão enferrujadas e sujas. A pintura dos corredores foi recentemente aplicada. De acordo com depoimentos dos internos, estas paredes foram pintadas alguns dias antes da realização desta inspeção do CNPCP. Em contraposição, os corredores do setor administrativo são limpos e bem iluminados, bem como as salas deste setor. Conforme se adentra à carceragem, percebe-se claramente que, infelizmente, a manutenção da boa infraestrutura presente no setor administrativo não ocorre na área onde vivem os internos.

O interior das celas é sujo e deteriorado. As paredes estão imundas, bem como o chão das celas. Todas elas apresentam um quadro de superlotação, o que favorece a falta de higiene. Muitas camas de alvenaria estão quebradas, obrigando os internos a dormirem no chão ou em redes improvisadas.

Não há distribuição de uniformes (somente para os trabalhadores, que são apenas 18 em toda a Unidade!), menos ainda de toalhas e artigos de higiene, só preservativos e um lençol, segundo afirmado pela Direção.

A assistência material, deste modo, é insuficiente, senão inexistente. Na verdade os presos dizem que não há o fornecimento de roupas, toalhas, roupas de cama ou kit de higiene (sabão, sabonetes, xampus e aparelhos de barbear), sendo que tudo tem que ser trazido pelos familiares, durante a visita. Assim, os internos que não têm visitas ficam sujeitos à caridade dos companheiros de cela, sendo que há limitação para a entrada desses itens trazidos à Unidade pelos visitantes. As roupas de cama e roupas pessoais (já que não há uniforme) também são fornecidas pelos familiares. Aqui também cumpre destacar o importante trabalho da Pastoral Carcerária, que fornece, na medida do possível, toda a assistência material para os internos, tentando suprir a ausência da Administração Estadual neste sentido.

Verificou-se que, como nas outras Unidades visitadas, nesta também não há troca periódica de colchão. Presenciaram-se colchões extremamente deteriorados, finos e sujos, que ainda assim são usados pelos internos, por falta de opção. Muitos simplesmente não possuem colchões e são obrigados a dormir em cima de panos enrolados ou dobrados. Também não há fornecimento de talheres para a alimentação. Todo o material presente dentro das celas, desde roupas, talheres e canecas, passando pelo material de higiene e de cama é fornecido pelos familiares dos internos, ou pela Pastoral Carcerária.

### **Segurança e Alojamento dos Agentes Penitenciários**

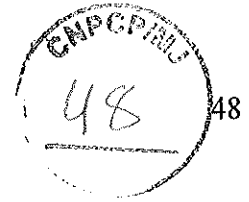
A segurança do estabelecimento internamente é realizada por agentes penitenciários, e externamente por policiais militares. Quando necessária, a escolta externa é feita tanto pelos agentes quanto pelos policiais militares.

Existe número suficiente de Agentes em cada plantão, de acordo com os próprios agentes entrevistados.

O alojamento dos agentes é bom.

Logo na entrada das Conselheiras à Unidade presenciou-se um interno sendo conduzido algemado por dois Agentes Penitenciários, o que demonstra respeito às recomendações de segurança existentes. Não se presenciaram agentes portando armas de fogo dentro da carceragem, apenas tonfas e armamento com munição menos





letal (projéteis de borracha). Existem alguns Policiais Militares presentes na entrada do presídio e na equipe de escolta que estava com equipamento tático completo, inclusive com armas de fogo de calibre restrito.

Há extintores de incêndio na Unidade.

## Saúde

Esta Unidade, como tantas outras do Estado da Paraíba, também não está integrada ao Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, portanto não possuindo uma equipe de saúde completa (com médico, enfermeira, dentista, psicóloga etc.), conforme é estipulado pela competente Portaria Interministerial.

Nesta Penitenciária não existe um setor específico de saúde, mas apenas uma grande cela onde estão alojados todos os internos com algum tipo de doença, todos misturados. Foi com muita surpresa que somente no final da visita as Conselheiras ficaram sabendo que tal cela na verdade é tida como uma outra Unidade Penal, e por isso maiores detalhes sobre ela serão explicitados no tópico logo abaixo (Unidade "Especial" Desembargador Francisco Espínola).

A situação, portanto, é muito grave no que se refere à assistência à saúde. Todos os internos com algum tipo de problema de saúde estão alojados em uma única cela, que funciona como se fosse uma enfermaria, mas sem nenhum atendimento médico ou ambulatorial. Esta cela da saúde está superlotada, e não há uma triagem para separar os internos de acordo com seus problemas de doença. Há nela 19 presos: soropositivos, diabéticos e tuberculosos convivendo juntamente com outros internos até com lesões expostas, possivelmente vítimas de tiros. Há também um preso com colostomia há 5 anos. Um detento está com uma superbactéria, misturado a outros com lesões abertas. Para piorar o quadro, a cela possui condições insuficientes de ventilação e de iluminação, expondo os internos ao perigo de contágio por doenças respiratórias. Registra-se ainda a existência de um interno com aparente fratura craniana (afundamento do crânio), sendo que, em razão da gravidade da fratura apresentava retardo mental, segundo depoimento de seus colegas de cela. Apesar da gravidade do seu quadro clínico, não existe qualquer forma de assistência à sua saúde.





Também está ali um preso que é cadeirante, usa sonda e tem escaras, e que está há um ano e 2 meses necessitando de fisioterapia, e não recebe tal tratamento. Trata-se de Laércio Lima de Melo. A Direção disse que já solicitou uma marcação de consulta com um nefrologista a ele, mas não informou para quando seria.

Esses presos doentes queixaram-se ainda de que não possuem nenhuma dieta diferenciada diante de seus problemas de saúde, e que a Direção não permite que seus familiares lhes tragam uma fruta ou um suco, somente bolachas secas e rapaduras, inclusive para quem é diabético!

A Direção disse haver uma médica, Dra. Augusta, porém não estava lá no dia da inspeção, uma quarta-feira. Indagado sobre sua ausência, o Diretor disse que ela não tinha vindo hoje porque havia tido uma "intercorrência", ao que os presos doentes gritaram de dentro da cela: "ah é? E na segunda-feira ela teve o quê? Ela parece mais doente do que nós, pois nunca está aqui!" Tais presos doentes disseram que quando esta médica vem, não os atende. A Direção disse que ela na verdade teria iniciado apenas há 10 dias, e que atenderia 16 pacientes ao dia. Ali naquela cela, no entanto, viu-se que existe apenas um interno que possui experiência na área de técnico de enfermagem e que oferece seus serviços para os colegas doentes. O "APS", Auxiliar de Saúde é o preso de nome Alvislei. A Unidade não fornece nenhum tipo de medicação individualizada ou material médico para os internos. Segundo estes, na verdade o único remédio oferecido, para todos os males, é o Buscopam Composto, injetável. Os poucos medicamentos que se viram com tais doentes foram trazidos pelos seus próprios familiares. Os materiais médicos de higiene, como gaze, bandagem e curativos estavam todos sujos e úmidos. Já a enfermeira que assumiu o posto na Unidade na semana anterior, Sra. Emannuella Azevedo, entrevistada pelas Conselheiras, disse que nem sequer tem medicamento injetável na Unidade.

Também não existe ambulância e nem pessoal qualificado para o transporte de presos para os hospitais ou unidades de saúde. Os presos desta cela "Especial" relataram que na semana anterior à inspeção do CNPCP um preso foi levado dali somente quando já estava praticamente sem vida, e veio a morrer no caminho ou no hospital. Isso ocorreu porque, apesar de todos os colegas dele chamarem por ajuda e baterem nas grades pedindo socorro, a Direção não acudiu a tempo de salvar sua vida.



Trata-se de um preso que era de Baieux, município vizinho, e que tinha sido trazido para ali já muito debilitado.

As Conselheiras entrevistaram também as duas outras profissionais que assumiram na semana anterior (Sra. Francisca Aparecida Vitorino dos Santos, Assistente Social, e Sra. Anne Patrícia de Brito Moreira, Psicóloga), que disseram cumprir jornada de trabalho de 20 horas semanais, das 8h às 12h de segundas às sextas-feiras, e que já haviam feito de 30 a 40 prontuários, mas eles não foram mostrados à equipe do CNPCP. Quando foram à carceragem, as Conselheiras solicitaram que as três profissionais da área da Saúde as acompanhassem, embora elas tenham dito que os agentes não as permitem adentrar em tal espaço para ver os presos.

A Unidade não possui odontólogo, nem psiquiatra, faltando também para formar uma equipe de Saúde um auxiliar de enfermagem. Não há POES – Plano Operacional Estadual de Saúde.

A Sra. Ivanilda Gentle, da SEAP, presente na inspeção, disse que na semana anterior, na última sexta-feira, teria havido uma campanha emergencial, feita ali em dia inteiro, para aplicar vacinas nos presos, fazer-lhes testes rápidos de HIV, verificação de peso, glicemia, pressão arterial etc., com vários profissionais de outras equipes, exceto odontólogos.

Os presos das celas ditas “normais”, lá na carceragem da PB1 e da PB2, também dizem que não têm atendimento médico e que não recebem remédios, e os que seus familiares conseguem trazer os agentes, na hora da revista, dão um jeito de fazer desaparecer. Contam que nunca têm atendimento odontológico, e isso é visível: trata-se de uma população carcerária desdentada, sem nenhum cuidado médico ou dentário.

### **Alimentação e Condição Geral da Cozinha**

A alimentação é confeccionada na própria unidade, em um espaço próprio, amplo, que não possui ventiladores, mas tem uma espécie de exaustor natural (umas



aberturas na parede). Ali o ambiente estava limpo e os trabalhadores (presos) asseados. A comida estava sendo preparada e não foi possível observar seu aspecto, mas os presos reclamam muito quanto à sua qualidade, dizendo que o feijão, por exemplo, em geral é servido cru e azedo. Além disso, os presos dizem que falta comida.

Onze presos trabalham na cozinha.

Não existe apoio de Nutricionista, sendo um apenas, o Sr. Vandilson Dias Evangelista – que fez 6 meses de um curso técnico de Nutrição – que atua como Nutricionista.

### **Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento**

Conforme a Direção, em geral as sanções disciplinares aplicadas são o isolamento (em média por 10 dias “preventivos”), a suspensão das visitas e a feitura do banho de sol na própria cela, o que parece ser impossível de acontecer, pois lá o sol não chega o suficiente para tal. A impressão acerca da cela de isolamento é péssima, e muitos dos que para lá vão apresentam marcas de violência, física ou psicológica. Em geral os presos ficam na cela de castigo (que no PB2 é chamada de Isolado, “Chapa” ou “Chapão”) sem colchão algum e vestidos apenas de cuecas, em visível condição de humilhação. Tanto os presos do PB1 quanto do PB2 que foram ouvidos disseram que seguidamente sofrem torturas físicas, e que, após torturados, são levados pelos agentes ao local do isolamento para lá permanecerem até que os hematomas desapareçam.

Um dos casos relatados chamou especial atenção das Conselheiras. Segundo L.A.S., cela 13, do PB2, Pavilhão 1, disse que se encontra ameaçado de morte pelo Agente Pedro, e acredita que tal ameaça teve início após o recebimento de um “castigo”, há poucos dias antes da visita da equipe do CNPCP. Indagado acerca desse “castigo”, na presença dos colegas da cela relatou que quando estavam fazendo faxina na cela, lavando o banheiro, começaram a cantarolar. Passando o agente pelo corredor, ordenou que parassem com a cantoria, mas os presos insistiram em continuar cantando porque não viam problemas nisso. Por essa “desobediência”, todos os presos

da cela foram para o isolamento chamado "Chapa", e lá ficaram por cinco dias sem água, sem tomar banho e só saíram de lá porque fizeram uma greve de fome. De acordo com L.R.M e F.J.S. o local deste isolamento estava imundo, cheio de "tapurus", tantas larvas ali havia que eles podiam encher as mãos.

Aparentemente a disciplina no estabelecimento é boa, porém cumpre ressaltar que as equipes do CNPCP e da Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário perceberam inúmeras marcas de tiros de borracha no teto dos corredores e nas paredes internas das celas da carceragem, o que leva a crer no uso indiscriminado e excessivo da força, já que tal munição foi projetada para tiros de longa distância e a distância entre a grade e o fundo da cela não é maior do que aproximadamente 4 metros. Inclusive nesta distância um tiro de munição de borracha pode ser fatal se atingir o peito ou a cabeça do alvo. O preso Felipe, da Cela 06, PB2, disse estar com estilhaço de tiro, recebido no isolamento.

Há 4 Chefes de Disciplina e as Conselheiras entrevistaram um deles, o Sr. Fábio Roberto Ferreira de Sousa. Dos Agentes, apenas um, chamado Além, igualmente Chefe de Disciplina, foi citado pelos presos como tendo um tratamento mais humano em relação aos apenados.

### **Banho de Sol**

A Direção informa que o banho de sol é diário, sendo das 8h às 11h no PB-1 e das 13h às 16h no PB-2, invertendo-se os turnos diariamente, momentos nos quais os presos também jogariam bola e correriam, mas vários presos entrevistados disseram que isso não é verdade, que são muito esporádicos os banhos de sol, em média apenas 3 vezes na semana, chegando às vezes a ser apenas uma vez semanal, somando no máximo 5 a 6 vezes no mês, e por tempo máximo de apenas 30 minutos por vez, em regra 15 minutos, e quando bem a Direção quer.

Foram vistos dois grandes pátios para o banho de sol. Questionada sobre o banho de sol não estar sendo autorizado, a Direção da Unidade não soube informar precisamente o porquê de não estar sendo realizado adequadamente.





## Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas acontecem uma vez por semana, dentro das próprias celas. Os presos recebem preservativos semanalmente. Tais visitas são alternadas quanto ao dia, às quartas e às sextas-feiras.

No dia da inspeção do CNPCP – uma quarta-feira – estavam acontecendo as visitas íntimas, e as Conselheiras puderam presenciar como elas se dão, em total situação de constrangimento e de desrespeito à intimidade e aos princípios da dignidade humana, da privacidade e da individualização da pena. A violação destes direitos fundamentais das pessoas é tanto dos visitados, quanto dos visitantes, e ainda em relação aos colegas de cela que não estão recebendo visita alguma, eis que todos têm que ficar dentro da mesma cela, em média povoada por 13 a 16 presos. No momento em que foram inspecionadas tais celas (por volta das 13 horas) havia esse número de presos mais 4 ou 5 visitantes, cujos casais ficavam protegidos apenas por uma cortina improvisada com lençol, canga, ou outro pano qualquer. Para piorar, as Conselheiras puderam comprovar ocularmente que não havia água nas torneiras das celas, inviabilizando inclusive a higiene pessoal após os supostos atos sexuais ali realizados.

A Direção informou haver um projeto para construção de um espaço próprio para os encontros íntimos, mas não mostrou tal documento ao CNPCP.

As visitas familiares e sociais dão-se uma vez na semana, aos domingos, e os visitantes podem levar comidas aos seus familiares, de acordo com a Resolução Estadual Nº 001/2007. No entanto, os presos entrevistados disseram que os agentes mexem em suas comidas com a mesma faca com a qual cortam o sabão, e que se algum familiar reclamar de algo dizem que se trata de desacato à autoridade e ameaçam suspender as visitas. Os presos também contaram que eles não têm remédios, e quando os familiares os levam a eles, os agentes penitenciários dão sumiço.

A revista em visitantes mulheres é feita por agentes femininas e o procedimento é vexatório, pois as mesmas precisam ficar despidas e agachadas no espelho, em cabines individuais, também com uso de detectores de metais, estes disponíveis há 6



meses na Unidade. Quando entrevistadas, as agentes disseram que já encontraram drogas em latas de alimentos trazidos pelos visitantes.

Como era dia de visita íntima, as Conselheiras assistiram o procedimento de revista em algumas visitantes, com o consentimento delas, e entrevistaram, na fila, algumas outras visitantes. A Sra. Edinalva, que estava na fila aguardando para ser revista e para ter a comida que trazia passar pela fiscalização, relatou como é feita a revista íntima: "a agente pede para se agachar no espelho, abrir a bunda, ficar de quatro". Disse ela que chega na Unidade às 5 horas da manhã e entra na cela da pessoa que veio visitar apenas por volta das 14 horas.

#### **Atividades de Ensino, Culturais, Esportivas e de Lazer**

Existe uma biblioteca recém-inaugurada na Unidade, doada pela Igreja Universal do Reino de Deus, contendo um acervo de 3.400 livros. As instalações são limpas, com vários livros, periódicos, mesas e cadeiras para leitura. No entanto, como já se observou acima, de que adianta um acervo tão vasto e uma boa biblioteca se os presos, a continuar a falta de luminosidade nas celas, não poderão ler tais livros?

Não existem classes de estudo ou escola na Unidade. Disse a Direção que em 2012 alguns presos passarão a ter aulas, pois antes não tinham sala de aula nem biblioteca. Atualmente não há nenhum tipo de curso de educação para os internos, e são poucas as iniciativas da SEAP neste sentido. A Gerente de Ressocialização informou que em 2011 houve ali duas oficinas profissionalizantes, cada uma para 40 apenados, de operador de microcomputador e de instalador hidrossanitário, dizendo que reiniciariam com novas turmas em abril de 2012.

Não existem oficinas de recreação, exercícios físicos, educação física, ou qualquer outra atividade neste sentido aos presos, sendo mesmo raro o seu banho de sol, conforme já se explicou acima.



## Trabalho

A ociosidade entre os detentos é muito grande nesta Unidade, sendo que em quase 600 presos apenas 18 trabalham, e só internamente, 11 na cozinha e 7 em serviços gerais.

Não existem oficinas de trabalho nesta Penitenciária, nada que possa oferecer aos presos a possibilidade de remição de pena através do trabalho. Em entrevistas, foi possível constatar o interesse da maioria dos internos em trabalhar, mas atualmente lhes é negada qualquer iniciativa concreta neste sentido por parte da SEAP.

## Execução Penal – Atendimentos Jurídico, Religioso e Social

Nas dependências administrativas não se viu nenhum local para encontros de advogados, advogadas, defensores e defensoras públicas, juízes, promotores, estagiários, enfim, na verdade constatou-se que nesta Unidade não há atendimento jurídico algum, e apenas um muito precário atendimento social. Não há nenhuma iniciativa de ações que preparem os internos ao retorno à sociedade. Também não existe encaminhamento de correspondências ou acompanhamento do interno em suas relações com seus familiares ou possíveis empregadores. As únicas correspondências recebidas pelos internos são trazidas pelos próprios familiares.

É preciso registrar, no entanto, a valiosa contribuição da Pastoral Carcerária na área das Assistências Jurídica e Social. Os integrantes da Pastoral, coordenados pelo Padre Bosco, costumam anotar os dados dos internos na tentativa de averiguar sua atual situação perante a Justiça, em reuniões que solicitam junto à Vara de Execuções Penais. Também providenciam a feitura de documentos e o encaminhamento de correspondências dos internos, suprimindo mais uma das passividades da Administração Pública, eis que tais tarefas são deveres desta. E o pior, ao invés de serem reconhecidos e agradecidos pelo importante trabalho de assistência que fazem, tentando suprir a negligência e a inércia do Estado, ainda são perseguidos pela Direção da Unidade, conforme relatos dos membros da Pastoral que acompanhavam esta



inspeção. Na verdade as próprias Conselheiras puderam presenciar a forma ríspida e pouco cortês com que tais abnegados voluntários são tratados pela Direção. Relatos feitos por escrito, quanto ao fato de a Direção da PB1 e PB2 procurar dificultar e às vezes até mesmo cercear a atuação de tais integrantes – e de outros também – da Pastoral Carcerária e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão podem ser lidos na cópia do “Relatório da Visita à Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes”, de 20 de março de 2012 (**ANEXO 10 DESTE RELATÓRIO**), encaminhado por seus redatores a estas Conselheiras, bem como pela Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário/DEPEN/MJ.

Durante a visita das Conselheiras à carceragem, momento em que o Sr. Lucena, Defensor Público acompanhou as Conselheiras, não foi ele reconhecido por nenhum preso, tendo sido, segundo depoimentos dos internos, a primeira vez que este Defensor entrava na carceragem, assim como as três profissionais da área da Saúde não foram identificadas pelos presos entrevistados, justificado pelo fato de serem novatas na Unidade.

Em todas as celas nas quais as Conselheiras conversaram com os presos, a reclamação era geral sobre a situação deles em relação aos processos e pedidos de benefícios. Os presos dizem que, pelos seus próprios cálculos, aproximadamente um terço deles já teria direito à progressão, e que nada vem sendo agilizado neste sentido. O Defensor Público não executa nenhuma ação no sentido de cadastrar ou acompanhar o andamento dos processos dos internos, nem os atende individualmente em alguma sala longe da carceragem. De acordo com o testemunho do próprio Defensor, são os Agentes Penitenciários que não permitem sua entrada na carceragem. Em contrapartida, quando questionado, o Defensor não conseguiu explicar o porquê da inexistência de uma sala de atendimento jurídico no setor administrativo da Penitenciária, justamente para sanar esta suposta proibição de sua entrada na carceragem por parte dos Agentes. Os presos também relataram que não são levados pelos agentes para encontrar com o pessoal da Defensoria Pública.

O fato mais grave quanto ao precário ou mesmo inexistente atendimento da Defensoria Pública surgiu com depoimentos de internos que disseram que os Defensores Públicos estariam cobrando dinheiro por fora para prestar a assessoria

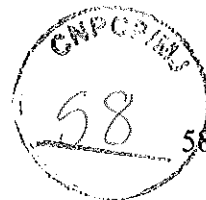




jurídica que têm o dever de ofício de prestar gratuitamente, eis que são remunerados pelo Estado para tanto. Alguns agentes penitenciários confirmaram tal informação, assim como o pessoal da Pastoral Carcerária. Vários presos disseram às Conselheiras e ao servidor da Ouvidoria Nacional, que os Defensores estariam cobrando uma média de R\$ 300 (trezentos reais) dos familiares dos internos para o acompanhamento de cada processo, e que esse trâmite era intermediado justamente pelos servidores da Penitenciária que deveriam providenciar os pedidos de benefícios aos presos. Houve um preso que disse que havia familiares que já tinham vendido tudo, até a casa, para pagar os Defensores Públicos. Tal cobrança, se vier a ser confirmada em competente investigação, constitui crime de concussão, previsto no art. 316 do Código Penal brasileiro.

Cumprе ressaltar que na reunião do Conselho Penitenciário Estadual com o Sr. Leandro Zaccaro, da Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário, ocorrida no dia anterior (13 de março de 2012), com a presença do Secretário de Administração Penitenciária Dr. Harrison Targino, do Secretário Executivo da SEAP Cel. Washington França Silva e do Juiz Presidente da VEP Dr. Carlos Neves, tal informação já havia sido relatada, sendo que os participantes da reunião tinham conhecimento desta grave denúncia. Entretanto, todos concordaram que é necessária a produção de provas incontestáveis para confirmar a materialidade do delito e a autoria, para a tomada das medidas judiciais e administrativas cabíveis. Isto pode ser visto no próprio Relatório desta Inspeção feito pelo Sr. Leandro e aprovado pela Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário, tendo sido encaminhado às autoridades competentes.

**Observação final:** apesar de haver tantas queixas de violência e de outras maldades (como o corte da luz e as severas restrições ao consumo de água e ao banho de sol), sob o comando do Diretor Sérgio, que foram levadas ao conhecimento do Secretário Estadual da pasta na reunião que as equipes do CNPCP e da Ouvidoria Nacional tiveram com ele no dia 15 de março de 2012, poucos dias depois tal Capitão da PM foi promovido a Major.



## 8. UNIDADE “ESPECIAL” DESEMBARGADOR FRANCISCO ESPÍNOLA

O fato mais chocante com o qual as Conselheiras se depararam nesta visita de inspeção foi que, somente após terem entrevistado os presos da cela destinada aos doentes, dentro da Unidade Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2), assim como as três servidoras da área da Saúde que assumiram recentemente, os Gerentes da SEAP presentes e os Diretores Sérgio e Mariano, e tendo sido verificada a horrenda situação de desrespeito aos direitos humanos fundamentais daqueles presos ali dispostos e abandonados à própria sorte, é que ficaram sabendo, meio sem querer, colhendo uma informação aqui e outra ali, que aquela cela, na verdade, nem é a cela dos doentes da Unidade que congrega PB1 e PB2, mas sim configura uma Unidade prisional autônoma, um presídio que tem por nome “Desembargador Francisco Espínola”, que está instalado anomalmente ali há uns três anos, e que possui uma Direção própria, o também Capitão da Polícia Militar Samaroni. Explica-se: apesar de tal Capitão da PM apontado como sendo o Diretor desta mini Unidade de enfermos, chamada de “O Especial”, ter estado ao lado das Conselheiras o tempo todo, em nenhum momento apresentou-se como sendo o seu Diretor, ou explicou à equipe do CNPCP que aquilo ali era uma outra Unidade! Foi apenas quando as Conselheiras o pressionaram cobrando-lhe, diante da notícia da morte de um dos presos que ali estava, na semana anterior, como ele explicava que três Diretores não tinham sido capazes de prestar socorro eficaz a um preso à beira da morte – isto porque até então para as Conselheiras restava claro que a Unidade Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes tinha esta espécie de “enfermaria” e contava com 3 Diretores, o Sr. Sérgio e seus dois Adjuntos, Capitães Mariano e Samaroni –, só neste momento é que ele resolveu dizer que aquilo ali era uma Unidade autônoma e que ele era seu Diretor. Pior ainda, pois se ele é Diretor – e possivelmente tenha um cargo comissionado para isso – para cuidar apenas de 19 presos doentes e aparentemente de nenhum funcionário, como permitiu que um interno dali morresse naquelas circunstâncias relatadas pelos demais?

A equipe do CNPCP também considerou inadequado o fato de tal Diretor, Capitão da PM Samaroni, segundo ele há 7 meses no posto de Direção, estar



laborando vestido com o uniforme militar, de sua corporação, camuflado, o que visivelmente confunde o perfil civil da administração penitenciária que todo Estado federativo brasileiro deve ter, além de certamente amedrontar os internos e seus visitantes. Ressalte-se que esta foi a única Unidade visitada na Paraíba sem anúncio prévio, ou seja, o roteiro previa a visita à Unidade Roger, mas na última hora, diante de denúncias sérias da Pastoral Carcerária justamente sobre este "Especial", a equipe do CNPCP mudou de rumo e resolveu visitar a Unidade conhecida como "PB1 e PB2". Talvez por isso tal Capitão estivesse com roupa militar camuflada e a médica ausente da Unidade.

## **9. REUNIÃO COM O JUIZ TITULAR DA VARA DAS EXECUÇÕES PENAIIS DE JOÃO PESSOA**

No dia 14/03/2012, às 14h30', as Conselheiras do CNPCP, o Defensor Público Sr. Lucena, o Sr. Leandro Zaccaro da Ouvidoria Nacional, o Ouvidor Estadual do Sistema penitenciário (Sr. Iran), o Cel. Arnaldo, e os integrantes da Pastoral Carcerária foram recebidos no Gabinete do Magistrado Carlos Neves, há 14 dias no posto de Juiz Titular da VEP.

Inicialmente, explicou que estão com problemas no sistema de informação do Tribunal de Justiça. Informou também que em 8/03/2012 o TJ autorizou o funcionamento da Vara de Penas Alternativas, com estrutura administrativa própria, sinalizando um reforço à atividade. Disse que integra o Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária, que por sua vez tem assento no Conselho Penitenciário Estadual. Confirmou que o ano de 2010 foi praticamente perdido em termos de trabalho por parte da Defensoria Pública da Paraíba, eis que os Defensores fizeram greve alegando que não recebiam "gratificação" para entrar nos presídios. O Sr. Lucena, Defensor Público presente, explicou que houve períodos em que as Direções das unidades penais dificultaram o acesso da Defensoria aos presos, não deixando os Defensores ir aos alojamentos, nem trazendo os presos ao seu encontro em alguma parte das alas administrativas dos estabelecimentos. Explanado o tema, pelo representante da Ouvidoria Nacional e pelas Conselheiras, de que existiria, segundo



denúncias dos presos, um “pedágio” que alguns funcionários da PB1 e da PB2 estariam cobrando para levar os presos ao atendimento jurídico ou ao de saúde, a Sra. Guiany, da Pastoral Carcerária, confirmou que isso é uma realidade, ao passo que o Cel. Arnaldo, da SEAP, disse que para ele isso era uma novidade, mas que era muito importante que essa informação chegasse à Administração formalmente.

O Sr. Carlos Neves informou que há um novo Defensor Público Geral, que tem uma visão pró-presos, pela sua vulnerabilidade, e que ele, Titular da VEP, já agendou uma reunião com tal Defensor e que também tentará sensibilizar o Governador para aumentar o orçamento estadual do sistema penitenciário.

Diante da discussão sobre os abusos cometidos nos setores de isolamentos, denunciados por vários presos, o Sr. Arnaldo confirmou que não há Comissão Disciplinar institucionalizada em nenhuma das unidades penais do Estado, dizendo que cada Diretor nomeia uma Comissão “ad hoc”. Já o Magistrado disse que cobrará que todo isolamento seja comunicado, conforme preceitua a LEP.

O Juiz falou também da falta de estrutura administrativa qualificada das próprias Unidades penais do Estado, que poderiam fazer um acompanhamento administrativo da situação dos presos quanto ao controle do cumprimento das penas, mapeando os apenados que estão em aparente situação de receber benefícios. As Conselheiras confirmaram que isto já ocorre em várias outras Unidades da Federação visitadas.

Outro assunto que foi tratado diz respeito ao parco percentual de cadastramento dos presos do Estado da Paraíba no INFOPEN. O Sr. Arnaldo disse que em janeiro de 2011 o Estado só tinha 83 (!) presos cadastrados no sistema, mas que atualmente todos os presos da Comarca de João Pessoa já estão cadastrados, e a previsão é de ter 100% da população carcerária cadastrada até metade deste ano. Afirmou que o pessoal da SEAP está se organizando para tal e que vão tentar instalar a internet via rádio em Campina Grande para poder alimentar o INFOPEN.

Finalmente, as Conselheiras ressaltaram que, para que o sistema penitenciário funcione, é preciso que o sistema de justiça também funcione, e que, embora isso pareça óbvio, não é o que se tem visto nas Unidades penais visitadas na Paraíba. O Juiz então finalizou a reunião dizendo que no dia de amanhã iniciará as audiências “in



loco”, nas Unidades, e comprometeu-se a cobrar e a gerenciar melhorias no sistema penitenciário.

Registra-se que no dia da apresentação e da aprovação deste Relatório no CNPCP, 26/06/2012, o Dr. Carlos Neves esteve presente e informou que havia sido convocado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, para participar de reunião em sua sede, em Brasília, no dia anterior, tendo sido designado, na ocasião, Coordenador do Grupo de Monitoramento e de Fiscalização da Execução Penal no Estado da Paraíba, sendo que até então a Paraíba não estava integrada a tal Grupo.

## 10. REUNIAO NA SEAP

No dia 15 de março, às 8h30 da manhã, a equipe do CNPCP foi recebida na sede da SEAP, pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Sr. Harrison Targino, que já foi Secretário Estadual de Segurança Pública, Procurador-Geral do Estado e Secretário Municipal de Educação. Assumiu a chefia da SEAP em fevereiro de 2011. Participou também desta reunião o Coronel da PM Washington França Silva, Secretário Executivo da SEAP (é da Diretoria do Fórum Nacional de Segurança Pública), e o Sr. Leandro Zácáro, da Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário.

Nesta reunião as Conselheiras expuseram ao Diretor os problemas considerados mais graves do sistema penitenciário paraibano, identificados durante a inspeção do CNPCP, e já lhe fizeram algumas recomendações quanto às providências. Em primeiro lugar, para além de alguns problemas crônicos constatados também em outras unidades da Federação, como superlotação, falta de investimentos em recursos humanos, falta de recursos materiais e de políticas públicas voltadas às questões penitenciárias, foram-lhe relatados os principais pontos negativos que são padrões da execução penal no Estado da Paraíba no que se refere à administração do sistema penitenciário: visitas íntimas dentro das celas; o não oferecimento de roupas de cama, uniformes, kit higiene e de medicamentos aos presos; a falta de atendimento jurídico, de assistência social e de saúde; a falta de zelo para com a higiene nas unidades penais e de substituição periódica e programada de todos os colchões; queixas quanto a maus tratos de muitos dos responsáveis por cuidar das pessoas presas; falta de



oportunidades de trabalho e de estudo aos presos; e excessiva militarização das Direções em algumas Unidades.

Em sua fala, inicialmente o Secretário comunicou a realização do "I Seminário Estadual de Ressocialização: um novo olhar para o sistema prisional", já na próxima semana, de 19 a 21 de março de 2012, pela Gerência Executiva de Ressocialização, ótima iniciativa (conforme Programação – ANEXO 11). Disse que o Estado tem 17 presídios, um Instituto de Psiquiatria Forense, e 64 cadeias públicas, em 66 Comarcas, e informou que, na Paraíba, de cada 3 presas femininas, duas são provisórias. Comentou que, apesar de o Ministério da Justiça recentemente ter anunciado a destinação de 1 bilhão de reais para apoio ao sistema penitenciário, esta era ainda uma política pública muito esquecida, eis que só para a reforma do estádio de futebol Maracanã serão destinados mais de 1 bilhão de reais pela União!

Disse que desde que assumiu a pasta vem trabalhando em prol da melhoria do sistema em várias frentes, mas que algumas iniciativas repercutiram negativamente na mídia, como a ideia que teve de o Estado criar "bolsa para ex-presidiários", conforme se noticiou à época (em 27/05/2011) no jornal local "O Norte" (ANEXO 12). Seria uma "Bolsa Cidadão" a ser dada por 4 meses, aos ex-detentos, mas a grita da sociedade foi grande. O Secretário disse ter elaborado, em maio de 2011, um Projeto de Lei sobre isso, mas que ainda estão captando recursos para o FUNCEP – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba, para somente depois tentarem aprovar tal projeto de lei.

O Secretário admitiu tratar-se de um sistema penitenciário complexo e antigo, com um ainda forte apelo militar, que em dado momento foi necessário, como por exemplo na PB1 e na PB2, eis que lá estavam os mais perigosos presos do Estado, das facções paraibanas "Ókaida" e "Estados Unidos", e que por isso mantém lá ainda uma Direção "mais dura", haja vista que os comandantes do Esquadrão da Morte da Paraíba estão no PB1 e ameaçam de morte o Juiz e o próprio Secretário de Estado, e queimaram a linha do bloqueador de celular que lá havia. Embora isso, disse que, gradativamente, vinha substituindo os Diretores que são da Polícia Militar por Diretores da Carreira de Agentes Penitenciários. Disse que hoje, das 17, já tem 10 Unidades Penais no Estado com Diretorias ocupadas por Agentes Penitenciários, e que persegue



a meta de trocar 100% delas. Informou ter sido em sua gestão que foi criada a Lei Estadual de Combate e Prevenção à Tortura, mas que há uma cultura no Estado de "indicações políticas" histórias nos cargos públicos. Por exemplo, contra a Constituição Federal, até que ele entrasse como gestor na pasta da Segurança Pública, ainda havia a figura do "Delegado de Polícia Comissionado". Também exemplifica essa situação o fato de o primeiro concurso para Agentes Penitenciários ter sido realizado somente em 2008.

O Sr. Targino citou uma experiência muito boa, de Sapé, onde há um Presídio cujo Diretor é um ex-apanado, que adveio Pastor religioso, pediu uma chance para poder fazer um trabalho na Direção, ganhou tal oportunidade e revela-se muito dedicado, sendo que dos 128 presos que dirige 100% deles estudam. Citou, a contrário senso, um exemplo negativo de atuação de Diretor, tratando-se do Capitão Araújo, do Serrotão/Campina Grande, que recentemente ganhou 60 dias de suspensão por ter agido com uma postura escravocrata em episódio recreativo de fim de ano: tendo o Juiz autorizado um churrasco de confraternização, o Diretor colocou os presos para servir. As Conselheiras então comunicaram que retornarão a tal Unidade em 23 de abril para ver se o horrendo quadro lá encontrado já terá sido melhorado, e o Secretário garantiu que tal Diretor não estará mais lá. Questionado pela postura do Capitão Sérgio, Diretor da PB1 e da PB2, de cortar a luz e restringir drasticamente o fornecimento de água aos presos, disse que não há nenhuma ordem da Secretaria para restrição de água, luz, remédios etc., e solicitou ao Cel. Arnaldo para verificar isso o quanto antes.

Ao relatarem várias denúncias das presas quanto a truculências e torturas cometidas pela Direção e suas Agentes na Unidade Maria Júlia Maranhão, de João Pessoa, as Conselheiras quiseram fazer ver ao Secretário que não se trata apenas de trocar as Direções que estão nas mãos da PM para as dos Agentes Penitenciários, pois a Diretora desta Unidade feminina é uma Agente Penitenciária, o que reforça mais uma vez a necessidade de fiscalização da atuação dos Diretores e o seu treinamento e atualização constantes em termos de respeito aos direitos humanos fundamentais das pessoas presas que estão sob sua custódia.

As Conselheiras levantaram também o problema de o Estado estar em falta com o cadastro dos presos no sistema INFOPEN, ao que o Secretário disse que será feito, e



que planejam fazer cadastros também das famílias dos presos, especialmente sobre os filhos, para fornecimento de cursos de informática ou outros, e que a Gerência de Ressocialização tentou começar este trabalho, mas infelizmente não teve êxito, pela resistência demonstrada pelos familiares em fornecer dados pessoais dos filhos, em função do medo que sentem da polícia, um medo cultural, histórico.

Em sua fala o Secretário ressaltou ainda que há 90 dias não sai um só preso das unidades penais do Estado da Paraíba, só entra, pois o sistema do TJ está fora do ar. Também comentou sobre a dificuldade de o Poder Judiciário atuar na execução penal, eis que a VEP de João Pessoa ficou 5 meses somente com Juiz Adjunto, tendo o Titular assumido há apenas 10 dias. Disse que para esse quadro negativo também soma o fato de que o Conselho Penitenciário da Paraíba recebe jetom e não atua na fiscalização da situação dos presos no sistema.

Quanto aos recursos humanos, o Secretário destacou que nas últimas semanas a SEAP convocou muitos dos aprovados no primeiro e único concurso de Agente Penitenciário Estadual, que é de 2008; estão sendo chamados e treinados. Tal iniciativa é louvável, mas ressaltou-se que também é necessário o investimento nos Agentes já integrados aos quadros da Administração, por meio de cursos de reciclagem quanto à gestão prisional e ao respeito aos direitos humanos fundamentais dos presos e de seus familiares, de treinamento operacional, do fornecimento de material de trabalho (uniformes, coturnos, coldres, armamento), e também políticas de reajuste salarial constante e periódico, no sentido de preservar a dignidade e a eficiência do trabalho dos Agentes. Sobretudo, urge a organização da própria carreira, com a instituição de plano de carreira.

Informado pelas Conselheiras das queixas de violência nas revistas aos visitantes, disse o Secretário que as equipes pegaram uma moça com uma granada na vagina, mas que obviamente casos isolados como este não poderiam justificar violações de direitos fundamentais.

Tanto as Conselheiras quanto o representante da Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário ressaltaram-lhe ainda a necessidade de reconhecimento, por parte da SEAP e de todos os Diretores de unidades penais do Estado, do trabalho da Pastoral Carcerária (Católica e Evangélica), verdadeira aliada da Administração Pública





Estadual, na tentativa de oferecer aos internos condições mais dignas de existência no encarceramento. O desejável é que a Secretaria de Administração Penitenciária fortaleça o vínculo com a Pastoral, já que, em tese, ambas as instituições perseguem os mesmos objetivos. Assim, fez-se um apelo ao Secretário para que seja oferecido livre acesso ao pessoal da Pastoral em todos os setores do cárcere, para que estes possam trabalhar da melhor forma possível. Cumpre destacar que nesta Administração do Dr. Targino a Pastoral Carcerária é aceita como parceira da SEAP, participando de reuniões e planejamentos, com suas sugestões e seus questionamentos sendo analisados e até aceitos em muitos casos.

Na parte final da reunião o Sr. Harrison Targino enfatizou que quando assumiu o posto encontrou uma Secretaria de Administração Penitenciária sem nenhum plano estratégico de ação e pouco institucionalizada, com muitos agentes penitenciários sem concurso público, sendo que até hoje os procedimentos não estão descritos, não existindo Comissões Independentes e Permanentes de Disciplina, por exemplo. A partir disso, o primeiro passo que deu foi fazer um "Mapa Estratégico da Secretaria da Administração Penitenciária" (ANEXO 13), criado a partir de um profundo diálogo com todas as instâncias envolvidas, norteado por Audiências Públicas e reuniões com todos os setores. Frisou que implantação deste Mapa Estratégico/Plano de ação do Sistema Penitenciário era uma decisão de Estado, como política continuada a ser aplicada a curto, médio e longo prazo, independente da troca do titular do cargo de Secretário. Expôs então as medidas que integram este Plano e que serão tomadas pela SEAP, a curto e médio prazo, para melhorar o sistema penitenciário paraibano, tais como:

- Plano de reforma de 16 cadelas por ano, até reformar todas as 64, assim como reforma da Escola Penitenciária;
- Licitações realizadas somente na modalidade de tomada de preços para evitar corrupção (hoje em dia já não é usada a carta-convite, inclusive em licitações inferiores a R\$ 150.000,00);
- Abertura de novo Concurso para Agentes Penitenciários (o Edital já está aberto);



- Implantação de curso de Gestão para os Agentes Penitenciários, em junho de 2012, contemplando conteúdo formativo em Direitos Humanos (atualmente este conteúdo é ministrado pela equipe da Pastoral Carcerária).

Assim, viu-se nele um gestor esclarecido, ágil, comprometido com o respeito aos direitos humanos fundamentais, disposto a fazer melhorias e com bom planejamento, mas infelizmente no ínterim entre esta inspeção e o retorno para a Audiência Pública sobre este escopo, em 23 de abril de 2012, as Conselheiras ficaram sabendo da notícia que o Secretário Harrison Targino deixou o cargo de titular na Secretaria de Administração Penitenciária para assumir a pasta da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Espera-se que tal mudança não afete a implantação das políticas planejadas para o Sistema Penitenciário, enunciadas acima no dia desta reunião. Assumiu o posto da SEAP o Cel. da PM Washington Silva, que era seu Secretário Executivo.

## 11. REUNIÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

Ainda na manhã do dia 15 de março visitou-se a sede da Defensoria Pública do Estado do Paraíba, em João Pessoa, para uma reunião com o Defensor Público Geral, Sr. Vanildo Brito, com a presença também do Defensor Sr. Lucena, que atua na área da execução penal na Capital.

Em tal reunião a equipe do CNPCP relatou ao Defensor Geral a necessidade de mais e melhor acompanhamento por parte da Defensoria Pública a todos os presos do Estado da Paraíba. O Defensor Geral informou que tinha designado Defensores para todas as unidades prisionais, e comprometeu-se em verificar como estava sendo feito este atendimento, sendo que neste sentido já tinha uma agenda de trabalho com o Juiz da VEP. Questionado sobre rumores de supostas cobranças deste serviço que deve ser gratuito, por parte de alguns Defensores, conforme falas de alguns presos, sobretudo do PB1 e do PB2, disse não ter conhecimento disso, mas garantiu que caso chegasse alguma denúncia imediatamente iria averiguar.



## 12. NOVA INSPEÇÃO NA UNIDADE RAIMUNDO ASFORA ("SERROTÃO"), EM 23 DE ABRIL DE 2012

Esta nova visita de inspeção das Conselheiras à Unidade Presídio Regional de Campina Grande Raimundo Asfora (Serrotão), na cidade de Campina Grande, e a participação na Audiência Pública sobre o sistema penitenciário paraibano, ambas no dia 23 de abril de 2012, foram designadas pela Portaria Interna do CNPCP Nº 002, de 11/03/2012 (ANEXO 14).

Desta vez a inspeção foi mais pontual, e as Conselheiras foram acompanhadas somente pelo Cel. Arnaldo, Gerente do Sistema Penitenciário. Realmente o Diretor foi trocado, tendo assumido, em 30 de março último o Agente Penitenciário Manoel Eudes Osório de Araújo, no posto da Direção, e também um Diretor Adjunto, Agente Penitenciário Clealmir Vieira de Queiroz Jr. Este era da equipe do INFOPEN, na SEAP, e veio para ajudar nisso, mas ainda falta a internet ser instalada; possui curso superior incompleto (Administração). O novo Diretor também tem curso superior incompleto (cursava Ciências Sociais, na Universidade Federal de Campina Grande, mas trancou o Curso). Ambos contam ainda com o auxílio do Agente Penitenciário Artur Loiola, que ajuda também no precário setor jurídico.

As Conselheiras foram informadas que a Direção da Unidade Máxima, aqui do mesmo Complexo Serrotão, também foi trocada, tendo assumido o Agente Penitenciário Anselmo, que antes era o Adjunto da Unidade Feminina do Complexo. Esta segue com a mesma Diretora, Agepen Aline, e sua Vice Siulnara. Em Patos, na Unidade Masculina, também há novo Diretor, Agente Penitenciário Jardson Fonseca, Bacharel em Direito, e a Unidade Feminina de lá finalmente tem uma Diretora mulher, a Agente Penitenciária Auristela Camelo, também formada em Direito, atuando como se fosse Adjunta da Unidade masculina, única possibilidade encontrada pela SEAP no seu organograma atual de cargos.

A nova Direção do Serrotão informou que irão inaugurar o Escritório Modelo no dia 10 de maio de 2012. Resultados concretos informados: desativaram um pavilhão, liberando com isso o espaço antes usado por 75 apenados (que foram transferidos) e já começaram a reforma do setor onde era o "isolamento", tendo este já outro aspecto,



bem melhor, com chuveiro, banheiro, camas, 18 celas individuais, com janelas. Estão realizando tais reformas com recursos próprios, e planta da UEPB. As Conselheiras viram a obra e novamente entrevistaram o mestre de obras, apenado Petrônio Tobias, que lá estava laborando nisso. Também foi feita a reforma das tubulações de esgoto, contando para tanto com a ajuda da Companhia de Água e Saneamento do Estado (CAGEPA). Nestes aspectos a melhoria foi visível, merecedora de encômios. No entanto, fato grave verificado é que aquele preso cujo processo não tinha sido resolvido quanto à progressão no dia da anterior inspeção do CNPCP – Sr. José Hilton Alves Camelo – foi transferido juntamente com os outros presos para a unidade de Catolé do Rocha, em 23 de março de 2012, e seu “Prontuário” (de Nº 15241 – cópia da Ficha de Cadastro de Presidiário em **ANEXO 15**) foi junto. Quando as Conselheiras foram à sala do setor jurídico para verificar se isso era mesmo verdade, pois mais parecia um absurdo, depararam-se com a Senhora Eliene Sousa Barroso, esposa de outro apenado (Sr. Fabino Balbino da Silva) que também havia sido transferido para o município de Catolé do Rocha, a 320 Km de Campina Grande, sendo que ela afirma que seu processo está em João Pessoa! Esta Senhora estava muito desesperada, a reclamar da situação injusta a que ficou submetida, pois indagava como iria visitar seu esposo doravante se o ônibus para aquele outro município custa R\$ 125,00 o trecho e ela é pobre? E pior, denunciava que o lote de presos transferido era daqueles que tinham participado de um certo “motim”, porém seu esposo jamais poderia ter participado desse motim, eis que estava no setor isolado lá de outra Unidade, a Máxima, e mesmo assim foi levado junto com os outros. Indagado pelas Conselheiras a respeito, o atual Diretor disse que essas transferências foram um “acordo” feito entre os Ex-Diretores, Daniel (da Máxima) e Alex Araújo (do Serrotão). Então as Conselheiras perguntaram ao Sr. Arnaldo se ele, como Gerente da GESIP, tinha conhecimento disso? Se tais transferências tinham-lhe sido comunicadas? Se houve adequado procedimento administrativo a respeito? Se sim, se as sanções foram individuais e com homologação do Juiz, eis que há uma aparência de “sanção coletiva”. Ele admitiu que não, que a “vulga rebelião” foi mais para justificar as transferências principalmente devido à superlotação na qual a Unidade se encontrava. Assim sendo, por óbvio que ter participado de uma “rebelião” deste tipo (com invasão da PM sendo que os Diretores



também eram da PM), aparentemente sem nenhum procedimento administrativo para apuração e eventuais sanções individualizadas homologadas pelo Poder Judiciário, não poderia vir a prejudicar a progressão de regime de nenhum desses presos. Por isso, solicita-se à SEAP que informe se houve tal procedimento e, em havendo, que seja encaminhada cópia ao CNPCP.

A Diretora da Unidade Feminina, Sra. Aline, que acompanhou esta visita, confirmou queixas de outros operadores do Direito no sentido de que a 4ª Vara Criminal de Campina Grande é inoperante, relapsa e os servidores do cartório tratam mal as equipes das Unidades do Complexo Serrotão. Ao contrário, afirma que o Sr. Fernando, Juiz da VEP, é muito atuante.

### **13. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CNPCP REALIZADA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA EM 23 DE ABRIL DE 2012**

Por solicitação das Conselheiras Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, apresentada e aprovada por unanimidade pelos colegas Conselheiros já na reunião de fevereiro de 2012, e depois confirmada na reunião dos dias 16 e 17 de abril de 2012, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça realizou, no dia 23 de abril de 2012, uma Audiência Pública no Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa, para a apresentação deste Relatório de Inspeção do CNPCP ao Sistema Penitenciário Paraibano, visando a debater com as autoridades responsáveis pela execução penal no Estado e com representantes da sociedade civil organizada os principais desafios a serem enfrentados mais urgentemente no que se refere à situação atual do sistema.

A sessão foi presidida pelo também Conselheiro do CNPCP, Milton Jordão, com a assessoria logística dos servidores do CNPCP Kizio de Souza e Rafael Sousa, e contou com a presença dos Conselheiros Gisela, Maria Ivonete e Rodrigo Roig Duque Estrada, este também Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como da Sra. Valdirene Daufemback, Ouvidora Nacional do Sistema Penitenciário (DEPEN/MJ). O ato público, designado pela Portaria Interna nº 002, do CNPCP/MJ, de 11/03/2012 (ANEXO 14), deu-se no auditório do OAB/PB e teve a participação de 70 pessoas (Lista de Presenças no ANEXO 16), do Ministério da Justiça, de servidores da SEAP, da



Defensoria Pública, da OAB, das Pastorais Carcerárias (CNBB e Evangélica), da imprensa e da comunidade local, contando também com a participação ativa de dois integrantes da SDH/PR – Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, Sra. Ana Paula e Sr. Bruno Teixeira, da Juíza da VEP - Sra. Aylzia Carrilho, e ainda do novo Secretário de Administração Penitenciária, Cel. Washington França da Silva. Depois de o relatório ter sido apresentado, ouviram-se as manifestações das autoridades referidas, e de vários ouvintes, tendo-se firmado compromissos em prol da melhoria das condições do sistema penitenciário paraibano. Registra-se a grande presença de Defensores Públicos no auditório, inclusive advindos de outras Unidades da Federação, tendo em vista a realização, nestes dias, em João Pessoa, do "I Seminário Estadual de Prevenção e Defesa do Preso Provisório Passível de Penas Alternativas", evento no qual seriam palestrantes.

A seguir, registra-se neste Relatório uma síntese das falas das pessoas que se manifestaram neste ato público, a partir da apresentação das Conselheiras.

A primeira a falar foi a Sra. Valdirene, Ouvidora Nacional do Sistema Penitenciário, informando sobre os mais variados projetos que contam com o apoio do DEPEN para o sistema penitenciário da Paraíba, e frisando que as denúncias ouvidas dos presos, nesta inspeção, acerca de possível cobrança por parte dos Defensores Públicos pelo atendimento prestado às pessoas presas são suposições, e por isso mesmo precisam ser muito bem investigadas. Seguiu-se a fala da Defensora Pública do Estado da PB, Sra. Cardineuza Xavier, que pediu para que não se generalizasse em relação às denúncias acerca da atuação da Defensoria, e para que não se acreditasse em tudo o que os presos dissessem, afirmando também que as VEP's não permitem o trabalho dos Defensores. No mesmo sentido manifestou-se a Defensora Pública Sra. Elizabete, dizendo que a Defensoria é órgão da execução penal e que já foi vedada de entrar nas unidades penais do Estado. Falou ainda o Defensor Sr. Jaime, corroborando que até hoje é dificultada a entrada dos Defensores nas Unidades, e que nelas eles não têm salas para atender aos presos, mas que mesmo assim, eles, Defensores Públicos, estão presentes em 63% das unidades prisionais da Paraíba, e que há muitos pedidos feitos por eles em nome dos presos parados no Ministério Público.



Pela Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária falou a Irmã Petra, ressaltando que nas unidades penais da Paraíba não há Comissões Disciplinares permanentes e independentes, que o regime semiaberto fica ao lado do regime fechado no Presídio Feminino Maria Júlia, de João Pessoa, não havendo nenhuma diferença entre as salas, tendo denunciado também as revistas íntimas coletivas na Unidade Roger. Após, manifestou-se o Agente Penitenciário Lúcio, Diretor Adjunto da Penitenciária Máxima, da Capital, dizendo também para as equipes do CNPCP e da Ouvidoria Nacional não acreditarem em tudo o que dizem os presos. A Conselheira Gisela então explicou que por óbvio que utilizam um "filtro", que têm experiência neste tipo de inspeção, realizadas por ela há 4 anos em muitas Unidades da Federação, que os Conselheiros não são levianos a ponto de registrar informações parciais, que é constitucionista humanista, e que há que se entender que as pessoas presas são a parte vulnerável naquela condição de aprisionamento, motivo pelo qual, sempre que possível, preservam-se inclusive suas identidades nos depoimentos/entrevistas, e que, justamente para que os relatórios não contemplem somente uma visão, realizam Audiências Públicas como esta, onde o texto é apresentado publicamente para discussão e eventuais acréscimos pelas partes interessadas. Em seguida manifestou-se a Sra. Tuane, Defensora Pública do Estado do Pernambuco, dizendo que este não era um momento de acusação e de defesa, mas que, diante do Relatório, era hora de cada um fazer a sua parte, ver onde falhou, pois certamente foi a soma da inoperância de todos no sistema que produziu este estado de coisas. Após, falou o Sr. Anderson, Defensor Público do Estado do Ceará, relatando problemas do seu Estado, onde os Defensores entraram com ação contra o próprio Estado diante dos impedimentos de que entrassem nas Unidades penais; disse que ganharam a liminar em tal ação, e que a disponibilizará aos colegas daqui da Paraíba.

A Professora de Direitos Humanos, Sra. Fátima Rodrigues, da Universidade Federal da Paraíba, registrou a satisfação em ter o Ministério da Justiça aqui, discutindo tema de tamanha relevância social, e mencionou que os dados sobre o extermínio de jovens na Paraíba são alarmantes, principalmente dos negros e pobres. Disse que esta Audiência Pública foi uma "aula de cidadania".



O Sr. Arnaldo, Gerente do Sistema Penitenciário, da SEAP, deu um testemunho público de que aprendeu com o olhar externo, e que nestes 40 dias de intervalo entre a primeira vinda da equipe do CNPCP e sua volta no dia de hoje, aprendeu mais do que em um ano de trabalho em seu posto. Este testemunho do Gerente do Sistema foi confirmado pelo Pe. Bosco, Coordenador Estadual da Pastoral Carcerária, que disse que essa sua fala indicava um compromisso para fazer, para agir proativamente, principalmente naquilo que não custa, ou custa pouco, mas que faz grande diferença na vida das pessoas presas. O Pe. Bosco ainda mencionou as celas de castigo, que nas plantas originais, das Unidades novas, não existem, mas que depois, misteriosamente, “aparecem”. Deu como exemplo que até em Guarabira, Unidade tida como modelo, o “Chapão” apareceu, e raramente tais locais estão vazios! Frisou que para a Pastoral Carcerária, estes “isolados” caracterizam tortura.

Pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República inicialmente falou a Sra. Ana Paula, enfatizando a grande importância deste tipo de relatório como o feito pelo CNPCP, e também de ouvirem-se todas as vozes em uma Audiência Pública, fazendo a verdade aflorar e trabalhando em prol de melhorias. Enalteceu o fato de o Estado da Paraíba ter muito recentemente criado o seu Comitê de Combate à Tortura, assim como teceu elogios ao projeto de lei sobre a tortura que foi aprovado aqui no Estado, de excelente qualidade. Disse que o que mais assombra na tortura é o seu caráter institucionalizado, e que às vezes ela pode ser combatida até com pequenos gestos, de mudança de hábitos cotidianos nas Instituições. Agradeceu as Conselheiras do CNPCP pelo excelente relatório que fizeram, amarrando todos os aspectos em torno da execução penal e do sistema penitenciário. Em seguida o Sr. Bruno Renato Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, também parabenizou pelo relatório aqui apresentado, dizendo que vê com muitas ressalvas as críticas que são dirigidas por alguns aos relatórios, como, por exemplo, a este, pois, justamente neste caso, as imagens fotografadas pela equipe do CNPCP durante as inspeções no sistema penitenciário da Paraíba demonstram a violência e o descaso com que a população carcerária vem sendo tratada. Frisou que não foi um relatório composto só por depoimentos colhidos, mas também por imagens que falam por si só. O Ouvidor disse ainda que o controle externo do sistema penitenciário não seria





necessário se os Estados cumprissem a LEP, e que é preciso, aqui na Paraíba, haver o fortalecimento institucional da Defensoria Pública em seu trabalho e também uma formação continuada dos agentes penitenciários.

Em seguida manifestou-se a Sra. Aylzia Fabiana Borges Carrilho, Juíza de Direito em Substituição na VEP da Comarca de João Pessoa, dizendo que nas execuções das penas no sistema penitenciário da Paraíba enfrentam problemas multifatoriais, entre eles o de mentalidade. Confirmou que faltam procedimentos unificados de gestão nas Unidades penais, e que falta um olhar mais atento do Governo do Estado à Defensoria Pública, sendo necessário um concurso para Defensores Públicos, pois há déficit de profissionais nesta área e todos os que estão aí entraram em 1985 (!), sem concurso (!), pois nunca houve um Concurso para a Defensoria. Disse ainda que a Defensoria no Estado da Paraíba não possui autonomia financeira nem de gestão.

Por último falou o Gestor da Pasta, o Secretário Cel. da PM Sr. Washinton França, que disse ser formado em Pedagogia e que há duas semanas é o titular da SEAP. Afirmou que uma política penitenciária de Estado vem sendo construída há um ano na Paraíba, para a melhor resolução dos problemas existentes. Disse que está em curso uma oxigenação do quadro de pessoal, com concurso para agentes penitenciários, formação continuada a eles e estruturação da Escola de Gestão Penitenciária. Anunciou que a equipe da SEAP terá uma reunião nos dias 2 e 3 de maio de 2012, com os Corregedores Gerais do Ministério Público e do Poder Judiciário, para discutir, sobretudo, a situação de falta de andamento dos processos de presos em muitas Unidades. Finalizou pedindo para acabar com o preconceito contra os policiais militares, sua corporação. Neste momento as Conselheiras frisaram que, pelo menos da parte do CNPCP, não se tratava de preconceito, mas sim de, enquanto primeiro órgão da execução penal no País, zelar pelo cumprimento das regras mínimas da ONU para o tratamento de prisioneiros, pelas quais, as administrações dos sistemas penitenciários dos Estados devem estar sujeitas ao controle do poder civil, e não do poder militar (exércitos ou outros). O próprio Manual para Servidores Penitenciários (publicação da ONU, em parceria, para a edição brasileira, entre a Embaixada Britânica e o Ministério da Justiça do Brasil, da época do Ministro Thomaz Bastos) diz que, ainda que seja um



militar cedido a esta função – e isto configuraria desvio de função - “o Governo deve deixar claro que essa pessoa está atuando como chefe da administração penitenciária na qualidade de civil” (p. 27).

Finalmente, ressalte-se que ainda em meio ao andamento da Audiência Pública, chegou às mãos das Conselheiras do CNPCP um documento de duas páginas que foi encaminhado à mesa pela Sra. Luzauri Bezerra de Macêdo Costa (que o firma) – Coordenadora Geral da Pastoral Evangélica Para os Presídios, com um acréscimo manuscrito dizendo que podem afirmar que cada denúncia que foi citada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária neste Relatório é verdadeira, e que vai além do que foi visto pelas Conselheiras, “principalmente nos isolados dos presídios, que é uma verdadeira tortura, o que os presos passam”. As Conselheiras deram ciência ao público presente do recebimento deste documento e afirmaram que o anexariam a este Relatório (ANEXO 17).

#### 14. REUNIÃO DO COMITÊ DE COMBATE E PREVENÇÃO À TORTURA

No dia 24/04/2012, às 11h, o CNPCP se fez representar na Reunião convocada pela SDH – Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, a convite desta, na sede da SEAP/PB, em João Pessoa, com integrantes do Comitê de Combate à Tortura no Estado da Paraíba. Conforme lista de presenças em anexo, 23 pessoas participaram de tal reunião (ANEXO 17).

A reunião iniciou com a palavra do Secretário de Administração Penitenciária, Sr. Washington França, que fez a apresentação do Comitê, e disse que a SEAP e o Governo do Estado o apoiam. Relatou sobre o projeto de revitalização da Escola Penitenciária, e a necessidade de instituição de padronização quanto a procedimentos nas instituições penitenciárias. Disse que procura realizar intervenções no sistema todas as semanas, mas de forma cuidadosa, e que nessas operações acabam encontrando objetos ilícitos nas unidades prisionais, a exemplo de Patos, onde foram encontrados dezessete celulares, sendo preciso saber como aqueles objetos entram nas unidades. Falou que a Gerência de Ressocialização tem tido efeitos em seus trabalhos, dando apoio aos familiares dos presos. Em seguida a Sra. Deise Benedito,



da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, falou sobre a própria Secretaria e seus órgãos, tendo ela assumido um cargo da diretoria recentemente. Falou que o preso tem de cumprir somente a sua pena e não sofrer além disso, por isso qualquer outra violação tem que ser inibida. Comentou sobre a importância da criação deste Comitê estadual de combate à tortura e que no Brasil já há 17 Estados que os possuem instalados, mas que funcionando somente o do Rio de Janeiro e o de Alagoas. Falou também dos programas que a SDH desenvolve.

Após, a Sra. Ana Paula, também da SDH, falou da instituição do Comitê estadual, dizendo ser ele o intercâmbio ente o gestor da Administração Pública e a sociedade, devendo encaminhar suas demandas ao Comitê Nacional. Disse que há no Congresso Nacional um projeto de lei (nº 24.442) que fala sobre as atribuições dos comitês nacionais. Comentou sobre a importância e como o comitê pode pensar e desenvolver suas ações, permeadas pela multidisciplinariedade da sua equipe. Falou que observou ontem na Audiência Pública e em outras ocasiões a inversão de valores que os agentes penitenciários exercem, pois ao invés de atuarem como agentes penitenciários, agem como se policiais fossem. O Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Sr. Bruno Renato Teixeira, enalteceu a importância do agente penitenciário e do quanto é importante o repasse das informações de direitos humanos aos agentes, bem como destituir a filosofia de polícia de que os agentes geralmente se acham imbuídos. Falou que a Secretaria de Direitos Humanos apoiará no que for preciso este Comitê estadual agora instalado. A Conselheira do CNPCP, Sra. Gisela Bester, falou que as regras mínimas para o tratamento dos presos precisam ser cumpridas, e ressaltou que os documentos da ONU quanto a isso são totalmente contrários à militarização da gestão dos sistemas penitenciários, pois isto é uma função civil dos Estados. Indagou sobre o prazo para a finalização da reforma da Escola Penitenciária, eis que há recursos da União envolvidos nisso. O Secretário disse que em torno de três meses estará revitalizada. A conselheira disse que defende a causa dos agentes penitenciários no CNPCP, inclusive o direito desta categoria profissional a um assento no Conselho, por estarem na ponta, cuja contribuição nos debates para a elaboração da política nacional criminal e penitenciária seria riquíssima, e que até por isso não se justificam revoltas desses profissionais em relação às inspeções que são feitas pelo



CNPCP, como a externada nesta ocasião pela Agente Cíntia, Diretora da Unidade Maria Júlia Magalhães, diante das críticas que recebeu das presas. Disse que integra uma Comissão no CNPCP que visa a extinguir a revista íntima.

Falou também o Sr. Manoel Leite, do Sindicato dos Agentes Penitenciários, que está no sistema há mais de vinte cinco anos e entende que o papel do agente é o de policiar os presos, uma vez que eles cometem crimes e com isso precisam ser punidos. Disse que noventa e dois por cento dos agentes penitenciários têm curso superior. Informou que a Escola Penitenciária na Paraíba começou a funcionar em 2008, e que depois passou por um bom período desativada, embora tenha tido muito recurso da União. Disse que o agente penitenciário exerce de forma indireta um trabalho de polícia no sistema penitenciário. A Sra. Gulany Coutinho, do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da Pastoral Carcerária, falou do histórico de instalação do comitê de combate à tortura da Paraíba, dizendo que em 2006 o Governo da Paraíba assinou um "pacto contra a tortura", mas que o Comitê demorou todo esse tempo para ser instalado. Solicitou à equipe do CNPCP e também à Secretaria de Direitos Humanos apoio ao Comitê, no que se refere à qualificação das pessoas que o compõem, até porque não atuará somente para combater e prevenir a tortura entre os presos, mas em relação a todas as populações vulneráveis. Neste sentido, a Sra. Ludmila Correia, professora universitária que atua em Assessoria Popular abordou sobre a necessidade de se repensar a forma como as instituições de cumprimento das medidas socioeducativas e internativas atuam, pois também neste campo existem agentes que atuam como se polícias fossem. Então o Comitê também deverá discutir sobre tais atuações. O Sr. Gustavo Batista, Professor de Direitos Humanos, disse que o Comitê tem de fazer suas recomendações e fiscalizar, e finalizou ressaltando a importância da Coordenação de Ressocialização da SEAP, pois esta envolve todos os grupos: idosos, crianças, mulheres, LGBT e vários outros, que certamente terão a atenção do Comitê.

## 15. RECOMENDAÇÕES



Diante de todo o exposto, recomenda-se, com o escopo de aprimorar o sistema prisional da Paraíba e fazê-lo cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais a respeito de uma adequada execução penal:

15.1. Em relação ao Sr. Governador do Estado da Paraíba, seja-lhe remetido ofício da Presidência do CNPCP, com cópia deste Relatório, solicitando providências para:

15.1.1. autorização e realização de Concurso para a carreira de Defensor Público do Estado da Paraíba, aumentando o plantel de Defensores Públicos na área da execução penal;

15.1.2. propor aumentar o orçamento do Estado na rubrica "sistema penitenciário", prevendo inclusive recursos para a manutenção de cada Unidade penal.

15.2. Em relação ao Sr. Defensor Geral do Estado da Paraíba, seja-lhe remetido ofício do CNPCP, com cópia deste Relatório, solicitando:

15.2.1. providências urgentes para restabelecer ou instituir o regular e gratuito atendimento às pessoas presas nas Unidades Penais do Estado;

15.2.2. abertura de procedimento administrativo para averiguar se as queixas dos presos quanto à eventual cobrança pelo serviço prestado pelos Defensores Públicos da Paraíba são procedentes ou não.

15.3. Em relação ao Comitê de Ética da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de João Pessoa, e ao Comitê de Ética do Conselho Federal da OAB, sejam-lhes remetidos ofícios do CNPCP solicitando especial atenção ao caso de Richardeson Rôden de Souza, de 10 anos, filho da apenada Maria Aparecida de Souza, presa na Unidade feminina de Patos, para averiguar a suspeita de sua mãe quanto a eventual incorreção por partes dos advogados que atuam no Processo Nº 200.2011.020.750-9,



distribuído em 20/05/2011 na 1ª Vara Cível de João Pessoa (ANEXO 8 DESTE RELATÓRIO), no que se refere à prestação de contas desta ação de indenização;

15.4. Em relação ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária, ao Gerente Executivo do Sistema Penitenciário, à Gerência de Saúde Penitenciária e à Gerente Executiva de Ressocialização, sejam-lhes remetidos ofícios do CNPCP, com cópias deste Relatório, solicitando-lhes que:

15.4.1. revejam, juntamente com seus Diretores de Unidades Penais, os cardápios diários oferecidos às pessoas presas, a fim de prever menus diferenciados para doentes (dieta hipossódica para hipertensos, especial para diabéticos etc.), assim como para os convalescentes de cirurgias ou de outros procedimentos;

15.4.2. providenciem, juntamente com seus Diretores de Unidades Penais, salas próprias e adequadas para o exercício das atividades dos Defensores Públicos em cada estabelecimento penal, guardando por sua segurança;

15.4.3. estimulem os Diretores das Unidades Penais do Estado a agilizarem o trabalho externo para os seus presos;

15.4.4. aumentem o número de agentes penitenciários em todas as Unidades Penais visitadas e lhes propiciem a adequada formação, por meio de cursos específicos antes de entrarem na ativa, assim como cursos de reciclagem aos que estejam na ativa;

15.4.5. incrementem mais oportunidades de estudo e de trabalho interno para as pessoas presas nas unidades penais do Estado;

15.4.6. providenciem um espaço com brinquedoteca onde possam ficar as crianças nos dias de visitas, nas unidades penais femininas de Patos e de João Pessoa (Julia Maria Maranhão), assim como ambiente adequado para as mães permanecerem com seus filhos pequenos, em cumprimento à RESOLUÇÃO CNPCP Nº 4/2009;



15.4.7. providenciem ventiladores a serem instalados nas cozinhas das unidades penais masculina e feminina de Patos, e na feminina de João Pessoa, nesta instalando também exaustores;

15.4.8. promovam melhorias nas condições do pátio da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, principalmente mediante a instalação de assentos para os visitantes, bem como busquem soluções para o problema da coleta e da distribuição de água nesta mesma Unidade;

15.4.9. prevejam e cumpram uma rotina de trocas sistemáticas dos colchões usados pelas pessoas presas;

15.4.10. reativem o Convênio da SEAP com a Empresa Epigraf para a manutenção do trabalho em serigrafia que as presas da Unidade Feminina do Serrotão vinham realizando;

15.4.11. organizem o aproveitamento do Curso oferecido pela EMATER às presas que participam do Projeto "Plantando Minha Liberdade", da Unidade Feminina de Patos, com o registro e a conferência de certificados às participantes;

15.4.12. providenciem o fornecimento do material necessário ao ensino da técnica do Bordado *Renaissance*, a ser feito pela presa Sra. Eliane Bezerra da Silva às suas colegas interessadas, na Unidade Feminina de Patos, cujo produto tem alto valor agregado e poderá ser uma boa fonte de renda para as futuras egressas;

15.4.13. cumpram a Lei de Execução Penal no que se refere à formação de nível superior e naquelas áreas indicadas pela Lei como requisitos obrigatórios dos cargos de Diretores de Unidades Penais, assim como sua adequada vestimenta – civil – ainda que sejam militares a serviço da Administração Penitenciária do Estado;



15.4.14. cumpram a Portaria Interministerial Nº 1.777, no que se refere à urgente criação de mais equipes completas de saúde para o sistema penitenciário, pois o Estado da Paraíba deveria ter cadastradas 16 equipes de Saúde e só tem 6;

15.4.15. providenciem a melhora arquitetônica da acessibilidade na Unidade Romero Nóbrega, de Patos, especialmente o acesso às salas de aula, à sala da Defensoria Pública e à de tratamento odontológico;

15.4.16. criem Comissões Permanentes de Sindicância em todas as Unidades penais do Estado da Paraíba, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa dos presos nos processos administrativos de sanções disciplinares, e a finalização efetiva desses processos;

15.4.17. providenciem um Diretor para cada Unidade Penitenciária, erradicando as acumulações de cargos nesta seara;

15.4.18. mantenham a nomeação de uma Diretora mulher para a Unidade Penal Feminina Patos;

15.4.19. providenciem a urgente contratação de serviço de internet à rádio para o Complexo Serrotão, de Campina Grande, assim como o cadastramento dos dados penitenciários de todas as Unidades do Estado no INFOPEN;

15.4.20. providenciem computadores para o trabalho do setor de atendimento jurídico da Presídio Regional de Campina Grande Raimundo Asfora;

15.4.21. desenvolvam urgentes e periódicas iniciativas de manutenção à infraestrutura das unidades penais do Estado, no sentido de evitar a rápida deterioração proporcionada pela superlotação existente;

*PL.*



15.4.22. adquiram e forneçam periodicamente o material de higiene básica às pessoas presas em todas as Unidades penais do Estado;

15.4.23. restituam as instalações elétricas, as lâmpadas e a luz nas celas da Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2), assim como o fornecimento regular de água a seus presos;

15.4.24. acompanhem o regular atendimento aos presos que deve ser feito pela Dra. Augusta, médica da Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2);

15.4.25. definam a situação da Unidade "Especial" Desembargador Francisco Espínola, pois se é uma Unidade autônoma, não deve estar dentro de outra, e deve ser completa (não ser composta apenas por um Diretor e 19 presos doentes);

15.4.26. organizem a carreira dos agentes penitenciários, auxiliando-lhes na elaboração e na aprovação de um Plano de Carreira e oferecendo-lhes cursos de gestão prisional;

15.4.27. instaurem procedimento administrativo interno para verificar se as denúncias de presos da Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2) quanto a servidores da Unidade estarem cobrando "pedágio" dos internos para levá-los aos atendimentos jurídico e de saúde são procedentes ou não;

15.4.28. informem ao CNPCP se a SEAP realizou regular procedimento administrativo – e se sim, que envie cópia disso ao Conselho – para a apuração de uma possível rebelião ocorrida no dia 23/03/2012 na Unidade Serrotão, que teria motivado as remoções de vários presos para Catolé do Rocha, incluindo um preso (Fabino Balbino da Silva) que no momento de tal rebelião estava no Isolamento de Outra Unidade, e se disso houve homologação judicial de eventuais sanções individualizadas.

15.5. Em relação à Presidência e à Corregedoria do Tribunal de Justiça, enviem-se-lhes ofícios do CNPCP, com cópia deste Relatório, recomendando que:

JP.



15.5.1. mantenham o sistema do Tribunal de Justiça funcionando *on line* o tempo todo, para não gerar prejuízos aos processados e aos apenados, e com isso agravar o quadro de superlotação carcerária no Estado, conforme críticas recebidas neste sentido, de operadores do Direito em algumas das Unidades visitadas;

15.5.2. instaurem procedimento interno para verificar se as queixas de que a 4ª Vara Criminal de Campina Grande é inoperante, relapsa, e de que os servidores do seu Cartório tratam mal as equipes das Unidades do Complexo Serrotão são procedentes ou não.

15.6. Em relação ao CNJ - Conselho Nacional de Justiça, envie-se cópia deste Relatório, para ciência e para consulta prévia quando da realização de novo mutirão carcerário no Estado da Paraíba, mas especialmente para que verifique a regularidade da execução da pena do apenado José Hilton Alves Camelo (cf. cópia da Ficha de Cadastro de Presidiário – Prontuário Nº 15241- **ANEXO 15** deste Relatório), diante de aparentes indícios de irregularidades.

15.7. Em relação ao CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público, envie-se cópia deste Relatório, para ciência.

15.8. Em relação ao CONDEGE - Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, envie-se cópia deste Relatório, para ciência.

15.9. Em relação à CONASP – Conselho Nacional de Segurança Pública, envie-se cópia deste Relatório, para ciência.

15.10. Em relação ao DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, envie-se cópia deste Relatório, para ciência e tomada de providências pertinentes.



15.11. Em relação à Ouvidoria Nacional do Sistema Penitenciário, envie-se cópia deste Relatório, para ciência e tomada de providências cabíveis;

15.12. Em relação à Presidência do Conselho Penitenciário da Paraíba, envie-se cópia deste Relatório, para ciência das críticas que recebeu sobre seus integrantes receberem jetons e não serem atuantes, com a solicitação de que se manifeste a respeito e encaminhe ao CNPCP os seus relatórios anuais de atividades, no prazo estabelecido pela LEP (primeiro trimestre de cada ano);

15.13. Em relação à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (à Ministra e à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos) e à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal (MJ), enviem-se-lhes cópia deste relatório, com ofício do CNPCP, para que tomem conhecimento da delicada situação em que ficam estas Conselheiras signatárias, diante do fato de, por dever de ofício, serem as porta-vozes de tantas e tão graves denúncias feitas pela população carcerária do Estado da Paraíba;

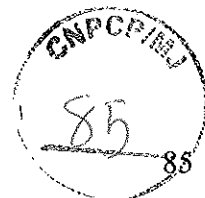
15.14. Finalmente, encaminhe-se cópia deste Relatório aos Magistrados e Promotores de Justiça, bem como aos Defensores Públicos que laboram nas Varas das Execuções Penais das Unidades visitadas, e também às Presidências do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba, e do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura do Estado da Paraíba, e às Coordenações Estadual e Nacional da Pastoral Carcerária e da Pastoral Evangélica Para os Presídios.

**Observação:** tendo em vista o grande número de Anexos deste Relatório, ficarão eles arquivados na Secretaria do CNPCP/MJ, à disposição de todos quantos queiram consultá-los. A todas as autoridades listadas imediatamente acima, será enviada apenas cópia deste Relatório juntamente com o CD contendo o registro fotográfico da inspeção do CNPCP (com cerca de 500 fotos, todas identificadas, o que torna a leitura e a compreensão do Relatório bem mais didática).



## 16. LISTA DE ANEXOS

- 1 – Formulários do CNPCP, preenchidos pelos Diretores das Unidades visitadas (ANEXO 1);
- 2 – Formulários do CNPCP, preenchidos pelas Conselheiras nas Unidades visitadas (ANEXO 2);
- 3 – Memorando nº 128/2011-DIRPP/DEPEN, de 20 de junho de 2011 (ANEXO 3);
- 4 – Memorando nº 028/2012-CGFPN/DIRPP/DEPEN, de 1º de março de 2012 (ANEXO 4);
- 5 – Memorando nº 52/2012 – OSPEN/DEPEN/MJ, de 08 de março de 2012 (ANEXO 5);
- 6 – Informativo ROMERO, volume 1, edição 1 (ANEXO 6);
- 7 – Ofício GAPROM nº 1445/2011, de 22/11/2011, autuado no CNPCP como Processo de Nº 08037.000329/2011-26 (ANEXO 7);
- 8 – Extrato de Consulta Processual ao Tribunal de Justiça da Paraíba, quanto ao Processo Nº 200.2011.020.750-9, distribuído em 20/05/2011 na 1ª Vara Cível de João Pessoa (ANEXO 8);
- 9 – Cópia do Relatório/Denúncia feito pela Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária após visita à Unidade Maria Júlia Maranhão, no dia 12 de abril de 2012 (ANEXO 9);
- 10 – Cópia do “Relatório da Visita à Penitenciária Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes”, de 20 de março de 2012, de integrantes da Pastoral Carcerária e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba (ANEXO 10);
- 11 – Programação do “I Seminário Estadual de Ressocialização: um novo olhar para o sistema prisional”, de 19 a 21 de março de 2012, organizado pela Gerência Executiva de Ressocialização/SEAP (ANEXO 11);
- 12 – “Estado quer criar bolsa para ex-presidiários” – matéria noticiada em 27/05/2011, no jornal “O Norte”, da Paraíba (ANEXO 12);
- 13 – Mapa Estratégico da Secretaria da Administração Penitenciária (ANEXO 13);
- 14 – Portaria Interna nº 002, do CNPCP/MJ, de 11/03/2012 (ANEXO 14);
- 15 – Cópia da Ficha de Cadastro do Presidiário Sr. José Hilton Alves Camelo (“Prontuário” de Nº 15241 – ANEXO 15);



- 14 – Portaria Interna nº 002, do CNPCP/MJ, de 11/03/2012 (ANEXO 14);
- 15 – Cópia da Ficha de Cadastro do Presidiário Sr. José Hilton Alves Camelo (“Prontuário” de N° 15241 – ANEXO 15 );
- 16 – Lista de Presenças da Audiência Pública realizada pelo CNPCP em João Pessoa no dia 23 de abril de 2012 (ANEXO 16);
- 17 – Documento firmado pela Sra. Luzauri Bezerra de Macêdo Costa – Coordenadora Geral da Pastoral Evangélica Para os Presídios (ANEXO 17);
- 18 – Lista de Presenças da Reunião convocada pela SDH/Presidência da República, realizada em 24/04/2012, com integrantes do Comitê de Combate à Tortura no Estado da Paraíba (ANEXO 18);
- 19 – Registro fotográfico das visitas da equipe do CNPCP (CD contendo 500 fotos identificadas) – (ANEXO 19).

**OBSERVAÇÃO FINAL:** este relatório foi apresentado pelas Conselheiras na 385ª reunião ordinária do CNPCP, no dia 26 de junho de 2012, em Brasília, e contou com a presença do Juiz Titular da VEP de João Pessoa, Dr. Carlos Neves, tendo sido aprovado por unanimidade pelos seus pares.

Brasília, DF, 26 de junho de 2012.

GISELA MARIA BESTER

MARIA IVONETE TAMBORIL